Acervo ISA

14 JUL 1987
PÃO
BRZ 339
PPT
UN 239.87
DsD

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES
Av. D. PEDRO II, S/Nº - ARCEBISPADO
Cx. POSTAL 11
65.000 - SÃO LUIS - MARANHÃO - BRASIL

CEDI - P. I. B.
DATA
COD 01D 00001

PROJETO CPP - BRZ 339 B5

SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO

1. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas do projeto estão baseadas na realidade dos pescadores, a partir de três aspectos fundamentais ou seja: as transformações na pesca, a situação das colônias de pescadores e a situação do meio ambiente.

A) AS TRANSFORMAÇÕES NA PESCA:

O Estado do Maranhão tem uma extensão costeira de 640 Km e 1.414Km² de águas interiores. A sua produção pesqueira é basicamente artesanal e apresenta grande potencial de recursos pesqueiros a ser explorados, favorecendo condições de trabalho para os 80 mil pescadores que, em sistema de parceria, sobrevivem da pesca artesanal no Estado.

Antigamente, a produção pesqueira no Maranhão era apenas de subsistência. A conservação pelo processo de salga e secagem, permitia o armazenamento em pequena escala para uso familiar, na entre-safra e depois, a troca e venda com a população interiorana. Depois, apareceram as inovações tecnológicas, como o gelo, o motor e a rede de nylon, como exigências necessárias para a exploração econômica, onde a produção em maior escala e a conservação do pescado são condições essenciais para a comercialização na capital e em outros Estados.

Hoje, a sobrevivência dos pescadores artesanais esta seriamente ameaçada, pela política pesqueira do governo, a serviço da acumulação capitalista no setor, que favoreceu o aparecimento das empresas, com a pesca intensiva, arrastões e a comercialização em longa escala, principalmente para a exportação.

No Maranhão, existem mais de dez empresas pesqueiras. A maioria tem como finalidade o beneficiamento e a exportação do pescado. A nossa costa tem sofrido frequentemente verdadeiros crimes ecológicos na sua reserva pesqueira por parte das empresas no Maranhão e principalmente do Pará, que atraves da pesca de arrastão nas cabeceiras, tem provocado grande mortandade de peixe, podendo culminar no esgotamento das reservas pesqueiras e no aniquilamento do próprio pescador artesanal. Isso, ao mesmo tempo que impede a atividade da pesca artesanal, expulsando os pescadores das praias, em função dos seus projetos.

Essa situação tem sido denunciada aos órgãos competentes, mas esses em conivência com os empresarios, não tem tomado nenhuma providência, alegando falta de recursos, como parte da lógica do governo a serviço do capital.

As empresas pesqueiras que operam com grandes barcos de arrastão, provocando uma sobrepesca e a predação dos recursos pesqueiros, já estudando uma nova estratégia para garantir uma pro

Acervo ISA

dução de boa qualidade. Tratando-se de "valorizar a pesca artesanal" favorecendo condições materiais de trabalho, para que o pequeno pescador garanta a captura nos moldes artesanais. Com isso, as empresas terão mais lucro, visto que economizarão o combustível e as despesas de salários e obrigações sociais. Assim, o vínculo das empresas com o pescador não será empregatício, mas sim, diretamente com a produção.

Como exemplo, destacamos a empresa SANTA ANA PESCADOS S.A. que fortalecerá o esquema de exploração que já existe, adiantando os apetrechos de pesca e dinheiro para os pescadores, ao mesmo tempo que mantém encarregados em cada praia, responsável pela compra da produção, que será beneficiada e industrializada na fábrica da empresa, e comercializada principalmente no mercado externo.

Dessa forma, os pescadores artesanais sem os meios de produção e sem condições de conservar e comercializar o pescado, serão seriamente prejudicados: ou deixarão a profissão, ou, se persistirem, serão obrigados a trabalhar para as empresas e entregar a produção para as entrepostos e industrias. Ou seja, serão utilizados como mão de obra barata, como um setor externo da fábrica, garantindo a materia prima a ser utilizada.

Ao lado dessa situação, o governo federal e a SUDEPE, em convênio com o BID, elaboraram em 1979, o Programa Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, depois de uma série de pesquisas e negociações, visando aumentar a produção pesqueira para destiná-la a exportação, principalmente para os Estados Unidos.

Como estratégia para aumentar a produção pesqueira, o programa prevê: a exploração dos recursos já identificados e não explorados; o desenvolvimento da aquicultura industrial; a formação de cooperativas; o financiamento para barcos pesqueiros e a construção de infra-estrutura portuária (terminais e entrepostos) como forma de centralizar a produção, para a comercialização e exportação.

Para o Maranhão, o Projeto estabelece a construção de um terminal pesqueiro a nível industrial e oito terminais satélites, concentrados principalmente na costa norte, nos municipios de maior produção, como Cururupu, Cedral, Guimarães, Paço do Lumiar(Raposa), primeira Cruz, Carutapera e Alcântara. A previsão é atingir a produção de 10 mil toneladas ao ano, com perspectiva de ampliação para 20 mil toneladas.

O Terminal Industrial deverá: centralizar o desembarque da produção das diversas regiões do Estado, beneficiar e armazenar, tendo em vista o escoamento para outros Estados e Exportação; polarizar o desenvolvimento das industrias de pesca e servir de infra-estrutura para as geleiras que coletam e transportam o pescado para a capital. Os terminais satélites, serão responsáveis pelo beneficiamento e congelamento da produção nos municípios, para serem transportados para o terminal industrial.

Ao lado disso, e como forma de preparar os pescadores para as "mudanças", existe o sub-projeto de desenvolvimento integrado do litoral maranhense, cuja finalidade será organização de 30 cooperativas, a partir das colônias de pescadores, e uma cooperativa central, baseada nos moldes da SUDEPE/PESCART e outros órgãos governamentais. Além disso, as colônias de pescadores são encarregadas pelo governo, como um espaço aberto para a execução dos projetos oficiais.

Em relação ao sub-projeto setorial, ou seja, créditos para barcos pesqueiros, só foi destinado para as empresas, acirrando cada vez mais a competição desigual entre o pequeno pescador e os empresários, a partir do poder de posse dos meios de produção, con

Acervo ISA

servação e comercialização do pescado

Apesar de tudo isso, o Projeto NORDESTÃO, com aparentes propostas consequentes, está a serviço do "esfriamento" dos conflitos sociais, através de repasse de verbas a pequenos grupos. O programa de apoio à pesca artesanal, deste projeto, se alinha às estratégias para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, visto que tem como metas: a construção de sedes, sala de aula, postos médicos e ambulatórios nas sedes das colônias; infra - estrutura de gelo e frio; cursos sobre associativismo; comercialização e administração de unidades fabris. Dessa forma, tenta desviar, das colônias e dos pescadores, o verdadeiro sentido de organização da categoria.

A lógica do capital tem suas exigências. Assim é que empresas particulares estão cada vez mais investindo no setor de pesca,como meios de garantir seus lucros. Como exemplo,a Empresa Santa Ana Pescados S.A. que critica a viabilidade do Programa Nacional e propõe: o aproveitamento da pesca artesanal, facilitando as condições de trabalho e comprando o pescado; o beneficiamento ; conservação, armazenamento; industrialização e comercialização nos mercados internos e externos. A empresa terá 1 fábrica, 2 navios-fábrica e várias embarcações auxiliares para coleta de pescado. Ela atuará na costa norte do Maranhão, na região de Guimarães a Carutapera.

Diante disso, consideramos impossível a execução de dois projetos nestes portes, na mesma área. Assim como outros setores da economia, é previsto a privatização do setor, ou mesmo um casamento entre projetos privados e governamentais, desde que tenham a mesma finalidade, o lucro, mesmo que seja em detrimento da sobrevivência de milhares de trabalhadores.

Assim, é que um setor de trabalho basicamente artesanal, é engolido pelo capital, consequentemente transformando pequenos pescadores em proletários da pesca.

B) SITUAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES DO ESTADO

As colônias de pescadores foram fundadas pelo governo através da marinha, no início do século, apesar das experiências organizativas vivenciadas pelos pescadores nas suas dificuldades. Os interesses principais estavam voltados para a nacionalização e industrialização da pesca e a utilização dos pescadores como reserva naval da nação, necessários para a defesa das costas do País durante a guerra.

Hoje no estado do Maranhão existe 32 colônias de pescadores distribuidas nos municípios litorâneos e nos de águas interiores. Mas, existe uma dicotomia entre os pescadores e as colônias, pois quando não estão desativadas, existem apenas para exercer o papel de cobrador de mensalidades.

Na verdade as colônias, deveriam funcionar como órgão de classe, de representação e organização da categoria. Mas,na realidade, a maioria é utilizada como instrumento político ou extenção das prefeituras municipais, servindo aos interesses da acumulação capitalista, dos caciques políticos e das instituições governamentais do setor pesqueiro.

Geralmente, as diretorias das colônias de pescadores são compostas por pessoas estranhas à categoria. Não têm poder de representatividade porque não desenvolvem lutas pela defesa dos interesses dos pescadores. Essa situação histórica, aliada à tentativas de setores governamentais em organizar os pescadores de cima para baixo

Acervo ISA

para baixo não teve saldo positivo, e sim, provocou o descredito dos pescadores, em relação à possibilidade de construir a partir das colônias de pescadores, verdadeiros órgãos de classe.

Observa-se que, mesmo onde os pescadores já são diretores das colônias, ainda não conseguiram construir, a partir das colônias, entidades combativas, de defesa da categoria. Apenas 3 colônias, a saber : São Luís/Alcântara, Turiaçu e Cândido Mendes já iniciaram trabalho neste sentido.

Atualmente, as colônias são muito importantes para a execução dos planos governamentais, especificamente no que diz respeito à construção de infra-estrutura portuárias e organização de cooperativas. Isto tem provocado um maior interesse do governo municipal e estadual pelas colônias. E, como forma de cooptação, o governo tem financiado construção de sedes de colônias com gabinetes medicos e escolas, numa prática assistêncialista, objetivando disvirtuar a colônia de suas verdadeiras finalidades.

C) SITUAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Maranhão está definido como "A Nova Fronteira do Desenvolvimento do Brasil", com a concretização do Projeto Grande Carajás, que transformará o Estado no mais novo polo industrial do país.

Esta transformação causará danos no sistema ecológico do Maranhão, onde está projetado a construção de siderurgicas de ferro gusa em Santa Inês e Acailandia, que usarão a madeira como fornecedora de energia e para isso serão cortadas as árvores da região, que provocará alteração do meio ambiente. Será construida uma siderurgica de ferro liga em S.Luís(USIMAR) e outra no município vizinho de Rosário(METALMAM), onde também a madeira fornecerá energia, sendo que esta área já esta ficando pobre de madeira. O mangue está sendo visto como uma grande reserva de madeiras apesar de sua "proteção legal". Na fabricação de ferro liga é usado grande quantidade de mangues e o seu escoamento como residuo será feito em áreas estuarinas.

A Alumar e a Companhia Vale do Rio Doce, quando de suas implantações, deslocou mais de 43 mil pessoas que moravam e trabalhavam nesta área, provocando um grande impacto social onde muita gente ficou sem condições de moradia e trabalho, além da devastação dos mangues.

A poluição quimica provocada pela Alumar, através do fluoreto está atingindo inicialmente o meio ambiente, como o envelhecimento precoce das árvores. Não se sabe que danos essa poluição vai trazer no futuro à população.

Apesar das fabricas, o mar do Maranhão em particular do Golfão, está ameaçado de poluição com a presença de navios que atracam nos portos do Itaqui, C.V.R.D. e Alumar. Os navios fazem lavagem dos porões jogando os residuos no mar, além disso está passivo de possiveis acidentes, como aconteceu com o Hyunday New World, onde teve derramamento de 350 toneladas de óleo, poluindo a Baia de São Marcos. O grau de poluição é desconhecido da sociedade, pois as autoridades negaram, desde o inicio, a existência de óleo nos mangues. Para os técnicos dos órgãos competentes o óleo só atingiu as praias de banho, não prejudicando a fauna e a flora maritima.

Só depois das denuncias dos pescadores sobre a poluição nos mangues e a organização de viagens com a imprensa à Ilha dos Caranguejos, é que as autoridades reconheceram a presença de óleo nos mangues.

Acervo ISA

2 - OBJETIVOS DO TRABALHO:

1 - OBJETIVO GERAL

Contribuir para com a construção de uma sociedade igualitária, através da orientação aos pescadores no processo de organização da categoria, conquista e transformação das colônias em entidades representativas e combativas.

2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Favorecer o processo de aglutinação e formação de grupos de pescadores nos povoados ou praias para encaminhar lutas concretas, e servir de esteio ao movimento.

- Favorecer a formação de grupos de pescadores/lideranças nas áreas das colônias, composto por lideranças dos grupos dos povoados, capacitados para dirigir o processo de organização da categoria, a colônia e suas lutas concretas.

- Contribuir para com a formação de uma consciência critica dos pescadores, através de estudos, informações e análises de temas de interesse da categoria e do movimento dos trabalhadores em geral.

- Programar condições para capacitação do Grupo de Articulação Estadual dos Pescadores, no que se refere a metodologia de ação, objetivando uma prática politicamente uniforme.

3 - OBJETIVOS DO PROJETO

- Favorecer condições de trabalho para garantir uma contribuição efetiva junto a categoria dos pescadores artesanais, segundo nossos objetivos.

3 - METODOLOGIA DE AÇÃO

- Orientar os pescadores no processo de organização da categoria, respeitando os níveis deferenciados de engajamento no movimento.
- Priorizar o trabalho em alguns municipios do estado de acordo com a disponibilidade e prática das lideranças (ou pescadores em potencial de lideranças) no interior da categoria e a solicitação da nossa contribuição.
- Assessorar os encontros de pescadores a nível local, municipal e estadual, com contribuições especificas a nível dos esclarecimentos estudos, avaliação da prática e planejamento de ações concretas rumo ao objetivo definido.
- Produzir materiais didáticos, como cartazes, folhetos, cartilhas, jornais, audio-visual, etc... para utilizar na intervenção educativa e capacitar os pescadores para fazer o mesmo na articulação da categoria.
- Proporcionar aos pescadores conhecimento sobre a realidade de outras categorias de trabalhadores e o movimento sindical, assim como favorecer a articulação nas lutas gerais dos trabalhadores.
- Contribuir para a formação de lideranças, tomando por base a troca de conhecimento teórico-prático e metodológico, para que, paulatinamente, os pescadores tenham condições de dirigir sua própria luta.

Acervo ISA

5 - SOBRE A COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES

A Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP/MA, é um grupo de leigos que desenvolve trabalhos de educação não formal, junto a' categoria dos pescadores de alguns municípios do Estado, considerados prioritários pela equipe e pelo grupo de Articulação Estadual.

A) COLABORAÇÃO EXTERNA

No inicio do trabalho, as despesas eram custeadas pela própria equipe, através de doações. Depois, com a ampliação das áreas de trabalho, tornou-se necessário a colaboração de pessoas liberadas, o que motivou a solicitação de ajuda financeira para custear o trabalho.

1) - AJUDA DA OXFAM: a OXFAM foi a primeira que colaborou conosco, desde o segundo semestre de 1979, o que nos permitiu " condições de contar com duas pessoas liberadas e duas semi-liberadas, recursos para viagens e material de escritório.

2) - AJUDA DA AÇÃO QUARESMAL: a contribuição da Ação " Quaresmal é usada especificamente para os Encontros de Pescadores, a' nível estadual, regional e local. Isso inclui viagens dos pescadores, hospedagem, transporte, alimentação e material utilizado nos encontros.

O primeiro projeto foi solicitado à CEBEMO, em 1982, aprovado em 1983 e transferido para a AÇÃO QUARESMAL em 1984, por solicitação da mesma. A partir de 1985. A AÇÃO QUARESMAL assumiu o projeto com um montante de Fl 34.000.

Solicitamos renovação do projeto para 2 anos (1987 e 1988) no valor de Cz$ 185.800,00. Mas até agora não temos resposta positiva ou negativa da sua aprovação.

3) - AJUDA DA DIAKONIA: a DIAKONIA - Accion Ecumenica Sueca também apoiou os nossos trabalhos, contribuindo com parte das despesas do V Encontro Estadual dos Pescadores do Maranhão.

Em julho de 1986, a DIAKONIA aprovou nosso projeto especifico de Comunicação no valor de 32.000 Coronas Suecas, para o período de julho de 1986 a junho de 1987.

B) INFRA-ESTRUTURA DA COMISSÃO:

O escritório da Comissão Pastoral dos Pescadores funciona em uma das salas da Arquidiocese de São Luís, assim como várias outras pastorais. Mas, para isso, colaboramos mensalmente com pagamento das taxas de água, luz, serviços de limpeza e vigilância.

Quanto aos materiais de trabalho, temos uma maquina comum e uma eletrônica ET 121, uma máquina fotografica, um gravador e um projetor de slydes e um quadro de giz. Em relação aos móveis do escritório temos: 2 armários de aço, um arquivo, uma estante pequena, uma mesa grande e uma pequena. Para o transporte, temos uma moto honda CG 125, do ano 1983.

Observação:

- A moto honda e um armário de aço foram adquiridos com verba da CEBEMO.
- A maquina eletronica ET 121 e o projetor de slydes foram adquiridos com verba da DIAKONIA.
- O arquivo de aço, a maquina de escrever manual e a mesa pequena, foram doados pela Comissão Nacional da Pastoral dos Pescadores.
- A mesa grande e o outro armário de aço, o gravador e a maquina fotografica olympus pen Ef, foram adquiridos com ajuda da AÇÃO QUARESMAL.

Acervo ISA

C) RELAÇÃO ENTRE A COMISSÃO E OUTRAS ENTIDADES

A articulação entre CPP, CPT, CÁRITAS, CIMI,CJP, PJMP e outras entidades pastorais e não pastorais, ocorre a nível das atividades diocesanas, grandes eventos, encontros, seminários, discussões sobre temas conjunturais, troca de informação e utilização de materiais. Outra articulação, ocorre em torno do jornal "Tempos Novos", onde estamos participando como entidade responsável.

D) COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

João José Koopmans - Coordenador (Padre)
Ivaldo Aguiar Coqueiro - Colônia Z - 10 e Carutapera
Maria Joana Nunes - Santa Helena e Cândido Mendes
Maria Jacinta da Silva Icatu e Cedral
Maria de Lourdes Silva de Meneses - Voluntária Colônia Z - 10
Suely Bastos Cardoso - Secretaria.

Observação:

A Comissão Pastoral dos Pescadores, baseada nas exigências impostas pela realidade dos pescadores no Estado e pela solicitação cada vez mais frequente da nossa contribuição educativa, solicitamos da oxfam no orçamento para 1986 a liberação de 5 pessoas.

A nossa solicitação foi atendida pela OXFAM, mas continuamos com problemas de pessoal. Em 1986, a equipe, composta de 3 liberados, adquiriu mais um elemento, ainda em fase de experiência. Mas, por outro lado, um dos liberados, por razões particulares se desligou da comissão. Dessa forma, continuamos com apenas 3 liberados, porque até o momento não encontramos uma pessoa com condições de disponibilidade e de conhecimentos teórico-metodologico para compor a comissão, conforme as exigências do trabalho.

Depois de avaliarmos nossa intervenção, os saldos positivos e detectar as dificuldades, decidimos que seria melhor para o trabalho, não contratar o quinto liberado, mas sim, utilizar a verba com duas pessoas semi-liberadas. Uma residiria na região norte, na diocese de Cândido Mendes, e a outra na região leste. Essas áreas são totalmente desassistidas pelos agentes pastorais locais e necessitam de orientação mais sistemática e localizada.

5 PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO:

1 - ACOMPANHAMENTO AOS PESCADORES DO ESTADO

- Formação de novos grupos de pescadores nos povoados;
- Formação de novas lideranças de pescadores;
- Aglutinação, formação e ampliação de grupos de pescadores no município, com participação da maioria dos povoados;
- Acompanhamento às reuniões e encontros municipais, contribuindo com os estudos, avaliações e planejamento dos trabalhos;
- Incentivo e esclarecimento sobre as lutas concretas, o processo de organização para a conquista da colônia e a luta em defesa da pesca artesanal.

* Por isso está previsto a realização das viagens

. 6 viagens para cada municipio ao ano - para colaborar com os grupos municipais, no processo de aglutinação e formação, nas reuniões de estudo, avaliação e palnejamento.

Acervo ISA

. 6 viagens ao ano, para os povoados ou praias de cada municipio que'' estamos acompanhando de forma mais sistemática.

. 2 viagens ao ano para cada municipio, que não acompanhamos de forma sistemática.

. 3 viagens para outros estados para conhecer outras experiências.

OBSERVAÇÃO: Independente da nossa presença, os pescadores, de acordo' com o planejamento do grupo, viajam para outros povoados' para trabalhar pela organização da categoria.

2 - ACOMPANHAMENTO AO GRUPO DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL

- Favorecer o surgimento de condições subjetivas para criação' da coordenação de Grupo de Articulação;
- Encontros de formação sobre questões específicas da categoria e sobre o movimento dos trabalhadores em geral;
- Favorecer condições de conhecimento, avaliação crítica e encaminhamento concreto, em relação à Política Pesqueira e à Organização da Categoria.

* 3 encontros ao ano - de estudo das questões acima, avaliação da prática e preparação do Encontro Estadual.

3 - VII ENCONTRO ESTADUAL DOS PESCADORES:

- Esclarecer, discutir temas de interesse da categoria e planejar ações concretas;
- Favorecer a troca de experiências entre os grupos existentes e animar os pescadores iniciantes no movimento para a organização da categoria.

* 1 encontro ao ano - com participação de pescadores de todos os municipios onde desenvolvemos trabalho.

4 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS AGENTES PASTORAIS

Sensibilizar os agentes pastorais do Maranhão, para com a problemática dos pescadores e levá-los a colaborar com a organização ' destes, no seu municipio e/ou área da colônia local.

* 2 encontros ao ano - para discutir a realidade dos pescadores, a nossa prática e encontrar linhas de ação comum.

5 - PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

- Produzir materiais didáticos para ser utilizados por nós e ' pelos pescadores, como ferramenta nos esclarecimentos junto à categoria.

* Dentre os materiais previstos destacamos:

. Cartilha sobre Previdência Social;
. Cartilha sobre Política Pesqueira;
. Slydes sobre a Política Pesqueira;
. Cartazes sobre o dia 29 de junho;
. Novena de São Pedro;
. Colaboração na elaboração do jornal "Pescadores em Luta"
. Dobradinhas e panfletos.

Acervo ISA

6 - MEIO AMBIENTE

* Desenvolver com os pescadores um processo educativo (os perigos da'' depredação) sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

* Discutir com os pescadores os perigos da depredação e poluição, para que estes venham através de suas lutas emcampar um movimento em defesa do meio-ambiente.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

1 - ORÇAMENTO PARA 2 ANOS

1º ano - de novembro de 1987 à outubro de 1988.
2º ano - de novembro de 1988 à outubro de 1989.

OBS: O Orçamento foi calculado tendo como base o mês de novembro de 1987, transferido para um ano, e em seguida multiplicado para o segundo ano.
O calculo final foi feito em dólar, devido a instabilidade da economia brasileira.
Os salários dos liberados foram calculados em 5 salários mínimos, dos semi-liberados em 2,5 salários mínimos cada e 3 salários para a secretaria.

2 - PREVISAO REFERENTE DO MÊS BASE - NOV/87

Correio	Cz$	600,oo
Telefone	Cz$	1.500,00
Avisos	Cz$	300,00
Material de escritório	Cz$	4.500,00
Encontro da comissão	Cz$	2.000,00
Viagens	Cz$	5.500,00
Salários e Obrigações Sociais	Cz$	65.000,87
(4 liberados,2semi-liberados e secretaria)	Cz$	81.777,87

3 - PREVISÃO REFERENTE AO 1º ANO - NOV/87 à OUT/88

Valor de um mês.....	Cz$	81.777,87	
Primeiro ano/ 12 meses		X 12	
	Cz$	981.334,44	
13º Salários	Cz$ +	65.377,87	
Valor do 1º ano.....	Cz$	1.046.712,31	= USD 23.627,82

4 - PREVISÃO REFERENTE AO 2º ANO - NOV/88 à OUT/89

Valor do 1º ano	USD	23.627,82
		X 2
Valor do 2º ano	USD	47.255,64

5 - VALOR TOTAL DO PROJETO ..... USD ~~101.883,46~~

Coqueiro phoned to correct. F 23/7

São Luís(MA), junho de 1987

João Jose Koopmans
Coordenador da Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP/MA.

Acervo ISA

10

RECD 29 JAN 1987	COPY
PAO	OX
BRZ 339	BSB

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES - MA

PROJETO - BRZ 339 B5

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Junho à dezembro de 1986

SÃO LUÍS - Maranhão

Acervo ISA

ASPECTOS DA REALIDADE DOS PESCADORES

- TRANSFORMAÇÕES NA PESCA -

O Estado do Maranhão tem uma extensão costeira de 640 Km e 1.414Km² de águas interiores. A sua produção pesqueira é basicamente artesanal e apresenta grande potencial de recursos pesqueiros a ser explorados, favorecendo condições de trabalho para as 80 mil pescadores que, em sistema de parceria, sobrevivem da pesca artesanal no Estado.

Antigamente, a produção pesqueira no Maranhão era apenas de subsistência. A conservação pelo processo da salga e secagem, permitia o armazenamento em pequena escala para uso familiar, na entre-safra e depois, a troca e venda com a população interiorana. Depois, apareceram as inovações tecnológicas, como o gelo, o motor e a rede de nylon, como exigências necessárias para a exploração econômica, onde a produção em maior escala e a conservação do pescado são condições essenciais para a comercialização na capital e em outros Estados.

Hoje, a sobrevivência dos pescadores artesanais esta seriamente ameaçada, pela política pesqueira do governo, a serviço da acumulação capitalista no setor, que favoreceu o aparecimento das empresas, com a pesca intensiva, arrastões e a comercialização em longa escala, principalmente para a exportação.

No Maranhão, existem mais de dez empresas pesqueiras. A maioria tem como finalidade o beneficiamento e a exportação do pescado. A nossa costa tem sofrido frequentemente verdadeiros crimes ecológicos na sua reserva pesqueira por parte das empresas do Maranhão e principalmente do Pará, que através da pesca de arrastão nas cabeceiras, tem provocado grande mortandade de peixe, podendo culminar no esgotamento das reservas pesqueiras e no aniquilamento do próprio pescador artesanal. Isso, ao mesmo tempo que impede a atividade da pesca artesanal, expulsando os pescadores das praias, em função dos seus projetos.

Essa situação tem sido denunciada aos órgãos competentes, mas esses em conivência com os empresários, não tem tomado nenhuma providência, alegando falta de recursos, como parte da lógica do governo a serviço do capital.

As empresas pesqueiras que operam com grandes barcos de arrastão, provocando uma sobrepesca e a predação dos recursos pesqueiros, já estudando uma nova estratégia para garantir uma produção de boa qualidade. Trata-se de "valorizar a pesca artesanal", favorecendo condições materiais de trabalho, para que o pequeno pescador garanta a captura nos moldes artesanais. Com isso, as empresas terão mais lucros, visto que econômizarão o combustível e as despesas de salários e obrigações sociais. Assim, o vínculo das empresas com o pescador não será empregatício, mas sim, diretamente com a produção.

Como exemplo, destacamos a Empresa SANTA ANA PESCADOS S.A. que fortalecerá o esquema de exploração que já existe, adiantando os apetrechos de pesca e dinheiro para os pescadores, ao mesmo tempo que mantém encarregados em cada praia, responsável pela compra da produção, que será beneficiada

Acervo ISA

e industrializada na fábrica da empresa, e comercializada principalmente no mercado externo.

Dessa forma, os pescadores artesanais sem os meios de produção e sem condições de conservar e comercializar o pescado, serão seriamente prejudicados: ou deixarão a profissão, ou, se persistirem na atividade, serão obrigados a trabalhar para as empresas e entregar a produção para os entrepostos e industrias. Ou seja, serão utilizados como mão de obra barata, como um setor externo da fábrica, garantindo a materia prima a ser utilizada.

Ao lado dessa situação, o Governo Federal e a SUDEPE, em convênio com o BID, elaboraram em 1979, o Programa Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, depois de uma sêrie de pesquisas e negociações, visando aumentar a produção pesqueira para destinã-la a exportação, principalmente para os Estados Unidos.

Como estratégia para aumentar a produção pesqueira, o Programa prevê: a exploração dos recursos já identificados e não explorados; o desenvolvimento da aquicultura industrial; a formação de cooperativas; o financiamento para barcos pesqueiros e a construção de infra-estrutura portuária (terminais e entrepostos) como forma de centralizar a produção, para a comercialização e exportação.

Para o Maranhão, o Projeto estabelece a construção de um Terminal Pesqueiro a nível industrial e oito terminais satélites, concentrados principalmente na costa norte, nos municípios de maior produção, como Cururupu, Cedral, Guimarães, Paço do Lumiar (Raposa), Primeira Cruz, Carutapera e Alcântara. A previsão é atingir a produção de 10 mil toneladas ao ano, com perspectiva de ampliação para 20 mil toneladas.

O Terminal Industrial deverá: centralizar o desembarque da produção das diversas regiões do Estado, beneficiar e armazenar, tendo em vista o escoamento para outros Estados e Exportação; polarizar o desenvolvimento das industrias de pesca e servir de infra-estrutura para as geleiras que coletam e transportam o pescado para a capital. Os terminais satélites, serão responsáveis pelo beneficiamento e congelamento da produção nos municípios, para serem transportados para o terminal Industrial.

Ao lado disso, e como forma de preparar os pescadores para as "mudanças", existe o sub-projeto de desenvolvimento integrado do litoral maranhense, cuja finalidade será a organização de 30 cooperativas, a partir das colônias de pescadores, e uma cooperativa central, baseadas nos moldes da SUDEPE/PESCART e outros órgão governamentais. Além disso, as colônias de pescadores são encarregadas pelo governo, como um espaço aberto para a execução dos projetos oficiais.

Em relação ao sub-projeto de apoio setorial, ou seja, crédi - tos para barcos pesqueiros, só foi destinado para as empresas, acirrando cada vez mais a competição desigual entre o pequeno pescador e os empresários, a partir do poder de posse dos meios de produção, conservação e comercialização do pescado.

Apesar de tudo isso, o Projeto NORDESTÃO, com aparentes propostas consequentes, está a serviço do "esfriamento" dos conflitos sociais, através do repasse de verbas a pequenos grupos. O programa de apoio à pesca artesanal, deste projeto, se alinha às estratégias para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, visto que tem como metas: a construção de sedes, sala de aula, postos médicos e ambulatórios nas sedes das colônias; infra-estrutura de gelo e frio; cursos sobre associativismo; comercialização e administração de unidades fabris. Dessa forma, tenta desviar, das colônias e dos pescadores, o verdadeiro sentido de organização da catego

Acervo ISA

ria.

A lógica do capital tem suas exigências. Assim, é que empresas particulares estão cada vez mais investindo no setor de pesca, como meios de garantir seus lucros. Como exemplo, a Empresa SANTA ANA PESCADOS S/A que critica a viabilidade do Programa Nacional e propõe: o aproveitamento da pesca artesanal, facilitando as condições de trabalho e comprarndo o pescado; o beneficiamento; conservação, armazenamento; industrialização e comercialização nos mercados internos e externos. A empresa terá 1 fábrica, 2 navios-fábrica, e várias embarcações auxiliares para coleta de pescado. Ela atuará na costa norte do Maranhão, na região de Guimarães e Carutapera.

Diante disso, consideramos impossível a execução de dois projetos nestes portes, na mesma área. Assim como outros setores da economia, é previsto a privatização do setor, ou mesmo um casamento entre projetos privados e governamentais, desde que tenham a mesma finalidade, o lucro, mesmo que seja em detrimento da sobrevivência de milhares de trabalhadores.

Assim, é que um setor de trabalho basicamente artesanal, é engolido pelo capital, consequentemente transformando pequenos pescadores em proletários da pesca.

Acervo ISA

SITUAÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO

CÂNDIDO MENDES

Pela segunda vez, os pescadores sairam vitoriosos nas eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal da Colônia Z - 3, de Cândido Mendes. Mas, esta conquista não nasceu de um movimento de pescadores, mas sim, de alguns pescadores que, ligados às Comunidades Eclesiais de Base, participaram de Encontros de Pescadores e, com o receio da Colônia voltar a ser controlada pela Prefeitura, assumiram a articulação de uma chapa, vencedora nas eleições realizadas em julho de 1986.

A não existência de um movimento de pescadores se evidênciou na campanha e nas reuniões da diretoria, onde apenas uma minoria participava das mobilizações. A composição da diretoria apresenta grande disnível em relação a compreensão política da luta.

Apesar das dificuldades da diretoria, ela tem dois grandes desafios a enfrentar: a organização administrativa da colônia e a criação de um movimento de pescadores no município. Para dar respostas a estes desafios, a Diretoria avaliou a situação da colônia e da categoria, e elaborou um plano de trabalho, com o objetivo de desenvolver ações organizativas.

Para superar as dificuldades é preciso que: os pescadores sejam acompanhados, num intenso processo de estudo, avaliação e planejamento; haja análise da realidade e incentivo em cima dos problemas concretos; e, a formação de lideranças que impulsione o movimento de organização a partir das praias.

TURIAÇU

Apesar de termos nos colocado a disposição e sugerido encaminhamentos organizativos, os pescadores que representam a categoria no municipio de Turiaçu, solicitaram a nossa colaboração apenas no período das eleições.

O processo eleitoral foi discutido em Assembléia e lançado o Edital de Convocação. A partir daí, se inscreveram duas chapas: uma encabeçada pelo ex-presidente que durante 8 anos dirigiu a colônia a serviço dos poderosos a outra, encabeçada por pescadores ligados ao movimento da Igreja, que conquistaram em 1984, pela primeira vez, a diretoria da Colônia. Esse grupo, mesmo fazendo algumas visitas nas praias, não conseguiu organizar um movimento que esclarecesse a categoria e multiplicasse as lideranças.

A chapa de oposição formada por pescadores ligados ao prefeito, tentou desmobilizar e anular as eleições. Primeiro, divulgou entre os pescadores que não haveria eleições. Depois, em conjunto com a Federação, propôs uma reunião com a diretoria na noite vésperas das eleições, alegando irregularidades no cancelamento de algumas filiações. E, no dia do pleito, tentou impedir a realização das eleições, invadindo a sede da colônia e queimando o material eleitoral da urna nº 01. Mesmo assim, as eleições prosseguiram nas praias, e na sede, depois de várias discussões e preparação de novos materiais. As apurações ocorreram num clima de tensão, mais as praias garantiram a vitória dos pescadores, com maioria esmagadora de votos.

Agora está dependendo da homologação da Confederação. Mas, é provavel que a chapa de oposição, com apoio da Federação, tente reverter o re

Acervo ISA

sultado das eleições, solicitando anulação do processo eleitoral.

Diante dessa situação, constatamos que é necessário um trabalho organizado a partir das praias, e formação teórico-prática e política de alguns pescadores em "potencial de liderança", para criar novas referências e um grupo dirigente da luta.

SANTA HELENA

Com o objetivo de articular um movimento de organização da categoria, foram realizadas reuniões em alguns povoados, onde já surgiram pescadores dispostos a assumir as tarefas da luta. Mas, estes ainda estão em processo inicial de formação, apesar de apresentarem grande potencial de liderança a ser desenvolvido..

O trabalho em Santa Helena deveria estar mais avançado, mas com o afastamento inesperado do elemento da equipe que acompanhava, os pescadores houve uma quebra. Só agora tivemos condições de retomar.

Por outro lado, existe a presença marcante dos órgãos do governo, através da COPENART , que consegue aglomerar alguns pescadores em torno da execução do seu projeto, a saber, financiamento para quisição de barcos e material de pesca. Além disso, os técnicos da COPENART, com interesses semelhantes e conflitos com a prefeitura e o poder político local, se aliaram e articularam a formação de uma chapa para concorrer às eleições, sem avaliar o nível de organização da categoria, que ainda é muito incipiente para se dispor numa disputa eleitoral.

Tivemos informações que a Federação ainda não encaminhou à Confederação, o material referente as chapas concorrentes, por não estarem com a documentação completa e por ter interesse que a atual diretoria, também concorrente, permaneça no poder.

Partindo da avaliação dos pescadores mais conscientes, que consideram ainda não terem condições de concorrer às eleições, é que, no ano de 1987, será intensificado o trabalho de esclarecimento, formação de grupos nos povoados e formação de lideranças, que assumam a direção da luta.

CARUTAPERA

Os pescadores de Carutapera, mais uma vez tentaram conquistar a direção da Colônia, inscrevendo uma chapa para concorrer às eleições, inicialmente marcada para o dia 22 de junho de 1986, disputando com a chapa da situação. Mas, a Confederação Nacional dos Pescadores não homologou as chapas, de modo que, até o momento não foram realizadas as eleições. E, como a categoria ainda não tem mobilização suficiente, não teve condições de garantir a realização das eleições.

Apesar de Carutapera, está incluida nas áreas prioritárias da C.P.P./MA, o acompanhamento não foi feito de maneira sistematica, no último semestre, só acontecendo no período de composição da chapa 2, onde orientamos a chapa sobre o processo eleitoral.

Mas, na verdade não existe um movimento de pescadores organizados. Por isso, refletimos com pescadores da chapa, que não basta ter a direto -

Acervo ISA

ria da colônia, é necessario criar um movimento organizado da categoria, a partir dos povoados, em condições de exigir seus direitos e conquistar seus interes ses.

Diante do exposto, os pescadores de Jarutapera, por ocasião do Encontro Estadual, planejaram continuar os trabalhos a partir das praias, dei xando pequenas tarefas de acordo com as dificuldades e material para discussão objetivando a formação de grupos.

Mais recentemente, foi articulado pelos pescadores a Convocação de uma Assembléia Geral com a finalidade de deliberar a indicação de uma Junta Governativa para dirigir a Colônia e organizar as eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal. A mobilização foi boa e os pescadores conseguiram indicar a Junta. Falta apenas a homologação da Confederação Nacional dos Pescadores.

CEDRAL

No município de Cedral já houve uma colônia. há 20 anos atrás. Hoje, Cedral é apenas capatazia da colônia de Guimarães, que nunca defendeu a classe. A experiência dos pescadores, com a colônia foi muito negativa e repres sora. O descredito que a maioria dos pescadores têm na colônia e/ou qualquer organização da classe, é muito forte, provocando ressistência ao movimento que começa a surgir.

O grupo de Pescadores, que está articulando a organização no municipio, está em processo de formação, e enfrenta algumas dificuldades, a sa ber: a maioria dos elementos do grupo assumem outras atividades junto à paróquia dificultando o engajamento prioritário; o nível de formação teórico-prático não permite segurança no encaminhamento do trabalho; e a maioria dos pescadores ain da não se constituem referencias nos povoados.

Outro problema que tem dificultado o rendimento do grupo e do próprio movimento, é a falta de sistematicidade nas reuniões de estudo, avalia- ção e planejamento, provocada pelos problemas já abordados. E, as reuniões tem sofrido muita descontinuidade em relação a presença dos pescadores que iniciam a caminhada, dificultando o processo de formação do grupo.

Mesmo assim, alguns avanços são notórios: existem dois grupos nos povoados e vários outros contatos que não chegam a formar grupos; alguns pescadores são referências, chegando a encaminhar lutas concretas, como a luta por melhores preços do peixe, no tabelamento do pescado. Várias reuniões já fo ram realizadas na maioria dos povoados, com o objetivo de esclarecer as neces - sidades da luta e conquistar novos companheiros.

Na última reunião, discutimos as orientações gerais sobre a me todologia do trabalho de organização, de acordo com a realidade e o estágio de formação dos pescadores. No planejamento foram programados, contatos e reuniões nos povoados, de modo a permitir maior mobilidade e contribuição entre, pescado res de povoados diferentes, para fortalecer o trabalho e criar condições de organizar grupos.

Acervo ISA

ICATU

Quando iniciamos os trabalhos no município de Icatu, através de contatos com as CEB's, pensávamos estar atingindo área da Colônia de Ribamar. Depois, descobrimos que existe uma Colônia na sede de Icatu, que abrange os municípios de Icatu, Axixá e Morros. Essa colônia era desconhecida pelos pescadores, que nunca participaram de uma eleição, porque a diretoria se autolegitimava em conivência com a Federação.

Depois de encontros em alguns povoados, partimos para a formação de um grupo de pescadores, através de acompanhamento às reuniões de estudo sobre a realidade e a organização da categoria, planejamento do movimento e avaliação. Este grupo está em processo de aglutinação e formação teórico-prática, tendo em vista a consolidação de um coletivo que dirija o movimento dos pescadores no município e suas lutas concretas.

Os elementos do grupo, estão em estágios diferentes em relação a compreensão teórica, sobre a organização e a prática. Mesmo assim, assumem contatos, reuniões, encaminham documentação e acompanham os grupos nos povoados. Alguns pescadores já se constituem referência da categoria nos povoados.

As dificuldades encontradas são inumeras, mas destacamos principalmente: a maioria das comunidades aclesiais dos povoados são fracas e não contribuem com a organização da categoria; falta de credibilidade da massa dos pescadores na colônia de Icatu, de maneira que, os que são associados, são na colônia de Ribamar, exceto so pescadores da sede; a maioria dos pescadores não possuem documentação de cidadão, dificultando a documentação, de pescador; e, como principal dificuldade, na maioria dos povoados ainda não foi possível formar grupos, o que seria fundamental para fortalecer a organização.

No planejamento para esse semestre, esperamos: ampliar o movimento para outros povoados; organizar novos grupos e consolidar os grupos já existentes; e, promover um encontro massivo a nível do município, para esclarecer a situação da categoria, apresentar propostas de luta e lançar a campanha de documentação.

CURURUPU

Neste último semestre, a nossa contribuição com os pescadores' de Cururupu, restringiu-se apenas a assessoria na discussão sobre a Política Pesqueira, conforme nos foi solicitado.

Foi apresentado à nossa equipe, uma programação de vários encontros de pescadores e fomos solicitados para contribuir nas discussões. Mas, depois, recebemos um comunicado de que os pescadores têm todas condições de encaminhar sózinhos estes encontros, não sendo necessário a nossa contribuição.

Em julho deste ano, é previsto eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal. Mas, não conhecemos a situação das discussões em torno destas questões, e não podemos orientar sem sermos solicitados, e/ou acompanhar o movimento local.

Acervo ISA

COLÔNIA Z - 10 SÃO LUÍS E ALCÂNTARA

Depois dos Pescadores conquistarem a Diretoria da Colônia Z-10 através das eleições, em fevereiro de 1986, os companheiros que mais assumiram as lutas da categoria nos povoados e a diretoria, elaboraram um plano de trabalho, visando a continuidade e o fortalecimento de sua organização. Foi priorizado: a criação e organização de capatazias, a luta pela sede própria; e visitas nos povoados para esclarecer o processo que levou à vitória, fazer um levantamento das dificuldades e apresentar as propostas de trabalho.

Mas, o movimento dos pescadores da Colônia Z - 10, durante o ano de 1986, não avançou. Depois da posse da diretoria, em março, a mobilização maior foi na Assembléia Geral, massiva, realizada em junho, onde decidiram encaminhamentos importantes para a categoria, como a limpeza do quadro de sócio e o valor das mensalidades. Também em julho, foi articulado uma reunião com as outras colônias do Estado para discutir a Constituinte da Pesca, e durante os festejos juninos foi arrecadados fundos para a construção da sede própria, através de festas e barracas.

As falhas de alguns companheiros, provocou um desânimo muito grande entre os membros do grupo, e com isso, mais companheiros começaram a não por em prática as ações planejadas. De forma que, aos poucos a categoria foi sendo desmobilizada. Na tentativa de animar a luta dos pescadores, foi realizado em julho, um curso sobre a História da Organização dos Trabalhadores e os Partidos no Brasil", mas poucas pessoas participaram. Foi marcado uma segunda etapa do curso, para dezembro.

Apesar do curso, observamos que o refluxo do movimento continuou. Por isso, a segunda etapa sofreu alteração no conteúdo, passando então, para uma rigorosa avaliação da situação e planejamento de novos passos.

Na avaliação foi constatado que: a luta da Z - 10 foi mais espontanea do que organizada, porque não tinha uma direção política do movimento, com unidade em um referêncial ideológico e político, na verdade, a luta se caracterizou muito no combate à diretoria pelega, esperando que apenas conquistando a diretoria a situação mudaria automaticamente. Faltou ações concretas do movimento, a partir das principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores, antes e depois das eleições. Foi fácil entender qual colônia não se queria, mais muito dificil, elaborar propostas concretas e encaminhar a construção de uma colônia a serviço da categoria.

Mesmo assim, hoje a colônia de pescadores Z - 10, já é bem diferente da época que estava sobre o controle dos pelegos. Não é uma colônia repressiva, criou sub-capatazias nos povoados, convocou assembléias para decidir seus destinos e associou novos pescadores. No entanto, a nível da massa, ainda não existe uma nova imagem da colônia como órgão de classe dos pescadores.

Depois da avaliação, os pescadores definiram um novo objetivo: garantir a colônia nas mãos e torná-la instrumento de luta, em defesa dos pescadores e contribuir com a construção de um mundo de justiça. Assim, serão retomadas as visitas nos povoados, em particular os que ainda não foram contactados, descobrindo os problemas mais urgentes, encaminhando as lutas concretas e canalizando para a organização da categoria. E' extremamente importante, a construção de grupos nos povoados e formação de novas lideranças.

Acervo ISA

GRUPO DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS PESCADORES

O grupo de Articulação Estadual, eleito no Encontro Estadual, no mês de outubro, não foi ampliado como se esperava, porque o trabalho não atingiu novos municípios. Mas, foi renovado em mais de 50% dos membros, representantes de cada município.

Na última reunião do Grupo de Articulação foi avaliado o Encontro Estadual nos aspectos de conteúdo, segurança, participação e saldo organizativo para a categoria. A partir daí, foi sugerido algumas medidas, no sentido de garantir um maior sucesso do Encontro Estadual.

Por solicitação dos próprios pescadores presentes no Encontro Estadual, a Reunião do Grupo de Articulação discutimos a Política Pesqueira no Estado. Para fundamentação dessa discussão, partimos das Evoluções e Transformações que ocorreram na Pesca, analisamos o Programa Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, BID/SUDEPE, suas origens e propostas; sub-projetos especificos para o Maranhão, como o Sub-Programa B, de infra-estrutura portuária, e, a proposta de implantação da Empresa Santa Ana, no litoral norte do Estado.

Depois dessas discussões, analisamos a realidade dos pescadores artesanais diante dos projetos governamentais e da industrialização da pesca. E, como alternativa de ação foi programado intensas reuniões para esclarecimento da situação, a organização da categoria no seu órgão de classe e a colheita de assinaturas num abaixo-assinado, denunciando e solicitando providências, às autoridades Estaduais e Nacionais. Esse abaixo-assinado será entregue no mês de março, por uma Comissão composta por um pescador de cada município e a Constituinte da Pesca do Estado.

Por outro lado, verificamos que o Grupo de Articulação Estadual ainda não conseguiu cumprir seu papel de articulador e coordenador do movimento dos pescadores do Estado. Não existe uma coordenação preparada para encaminhar as discussões e decisões do próprio grupo. Ainda está um pouco solto, esperando pela CPP, sem direção dos próprios pescadores. Como forma de superar esta problemática, precisamos criar condições objetivas e subjetivas para a existência de uma coordenação do grupo e do próprio movimento dos pescadores.

ARTICULAÇÃO ENTRE OS AGENTES PASTORAIS

Em fevereiro de 1987, será realizado o IV Encontro de Agentes Pastorais, onde continuaremos sensibilizando os agentes pastorais para com o trabalho junto aos pescadores e discutiremos, em conjunto com os agentes que já colaboram, uma linha comum de ação.

No ano de 1986, não foi possível a realização do encontro programado devido coincidir com períodos de outros compromissos importantes.

A articulação entre os agentes ainda está em fase inicial, pois os padres e freiras desenvolvem outras atividades prioritárias para as paróquias e não colaboram de maneira efetiva com os pescadores, salvo raras exceções.

Acervo ISA

VI ENCONTRO ESTADUAL DOS PESCADORES

O Vi Encontro Estadual dos Pescadores do Maranhão foi realizado no período de 9 a 12 de outubro de 1986 com o tema: "Organização dos Pescadores em suas Colônias e a Constituinte". Contou com a participação de 171 pescadores de 14 municípios, demonstrando que, as mensagens da organização está penetrando mais no interior da categoria.

O conteúdo do Encontro foi basicamente, a estrutura das Colônias , Constituinte e Constituição, mas houve discussões também sobre a história das colônias e a Constituinte da Pesca. O assunto de maior destaque por parte dos pescadores foi a Constituinte, porque partindo de um jogo, eleições simuladas e elaboração de leis, foi mais compreensível, culminando com uma avaliação do momento político e critérios de candidatos ao Congresso Constituinte.

Importante ressaltar que, a coordenação desse Encontro foi assumida pelos pescadores, na maioria dos encaminhamentos do Encontro e alguns pontos do conteúdo.

PLANO DE TRABALHO PARA O PROXIMO ANO DE 1987

1 - ACOMPANHAMENTO AOS PESCADORES DO ESTADO

- Contribuir de forma sistemática com o movimento dos pescadores dos municípios definidos como prioritários, a saber: Cândido Mendes,Carutapera, Turiaçu, Santa Helena, Cedral, Icatu e Colônia Z-10 de São Luís e Alcântara.
- Formação de novas lideranças de pescadores
- Formação de novos grupos de pescadores nos povoados
- Formação e/ou ampliação de grupos de pescadores nos municípios, com participação da maioria dos povoados
- Acompanhamento às reuniões e encontros dos grupos municípais, contribuindo com os estudos, avaliações e planejamento dos trabalhos
- Incentivo e esclarecimentos sobre as lutas concretas, o processo de organização para a conquista da colônia e a luta em defesa da pesca artesanal.

OBS: Outras áreas do Estado, serão acompanhadas de acordo com a solicitação dos pescadores e a possibilidade da equipe.

2 - ACOMPANHAMENTO AOS PESCADORES DA COLONIA Z - 10

- Favorecer a criação de condições subjetivas e objetivas para a formação de novas lideranças,organização de grupos nos povoados, no município e um grupo dirigente da luta.

3 - ACOMPANHAMENTO AO GRUPO DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL

- Favorecer o surgimento de condições subjetivas para a criação da coordenação do Grupo de Articulação.
- Encontros de Formação sobre questões específicas da categoria e sobre o movimento dos trabalhadores em geral.
- Favorecer condições de conhecimento, avaliação crítica e encaminhamento concreto, em relação à Política Pesqueira e as Transformações na Pesca Artesanal.

4 – VII ENCONTRO ESTADUAL DOS PESCADORES

- Promover, em conjunto com o Grupo de Articulação Estadual, o VII Encontro Estadual dos Pescadores do Maranhão.
- Favorecer a troca de experiência entre os grupos existentes e animar

os pescadores iniciantes no movimento para a organização da categoria.
- Esclarecer, discutir um tema de interesse da categoria e planejar ações concretas.

5 - ARTICULAÇÃO DOS AGENTES PASTORAIS

- Sensibilizar agentes pastorais do Maranhão para com a problemática dos pescadores, e colaborar com a organização destes, no seu município e/ou área da colônia local.
- Promover o III Encontro de Agentes Pastorais para discutir a realidade dos pescadores, a metodologia de trabalho e encontrar uma linha de ação comum.

6 - PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

- Produzir materiais didáticos para ser utilizados, pelos pescadores, como ferramenta nos esclarecimentos junto a categoria. Dentre os materiais previstos, teremos:

  * cartilha sobre a Previdência Social
  * cartilha sobre a Política Pesqueira
  * slydes sobre a Política Pesqueira
  * cartazes sobre o dia 29 de julho
  * novena de São Pedro
  * colaboração na elaboração do jornal "Pescadores em Luta"

7 - SOBRE A AMPLIAÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPE

- Ampliar a equipe com mais uma pessoaliberada e duas pessoas semi-liberadas para acompanhar o movimento mais de perto, a saber: na Região da Diocese de Cândido Mendes e no litoral leste do Estado.
- Formação da equipe através de estudos sobre as lutas dos trabalhadores e metodologia do trabalho de organização de uma categoria.

São Luís(MA), janeiro de 1987

Maria Jacinta da Silva.

p/ COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES
SÃO LUÍS - MARANHÃO

Acervo ISA

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP/MA
AV. D.PEDRO II, S/Nº - ARCEBISPADO - CENTRO
CX. POSTAL 11
65.000 - SÃO LUÍS - MARANHÃO - BRASIL

REDIS 4 SET 1987 COPY
PAO CX
BRZ 339 B B

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Período de janeiro a junho de 1987

1 - SITUAÇÃO DAS ENTIDADES "REPRESENTA IVAS" DA CATEGORIA DOS PESCADORES.

As colônias de pescadores foram criadas a partir de 1919 (quando da primeira guerra mundial), por interesse do Ministério da Marinha, que via a importância da Nacionalização da Pesca e a Organização dos seus serviços no Litoral Brasileiro. Os interesses da Marinha, pela criação das colônias, era básicamente porque:

1. O pescador era um valioso instrumento para a defesa nacional - "com o desenvolvimento da indústria pesqueira, criarão um material precioso que nada custará na paz e será de grande utilidade em caso de guerra. Reservas de homens e barcos que se articularão ao mecanismo bélico do país."

2. A Costa Brasileira necessitava de uma forte defesa naval, o que extrapolava os recursos financeiros da Marinha e com a Organização da Pesca e outras indústrias marítimas facilitará economicamente essa defesa.

3. "Os oescadores eram matriculados nas Capitanias de Portos possuiam uma considerável folha de serviço à nação, na paz e na guerra". A Marinha detinha todas as informações sobre os pescadores e utilizavam - os de acordo com seus interesses.

Em missão, o Cruzador José Bonifácio, programado pelo então Ministro da Marinha Almirante Gomes Pereira, tinha como objetivo o Trabalho de organização e defesa dos pescadores. "Reuni-los em Colônias, Cooperativas, Criar escolas. Fundar postos de saneamento, Dar-lhes saúde, Instrução profissional, Amparo e Liberdade" (Colônia de Pescadores: Organizações Corporativistas ou Entidades representativas de Classe? - Maria de Lisieux, Amado Guedes)

A pesca, que sempre esteve sob o controle do Ministério da Marinha, - foi transferida em 1912 para o Ministério da Agricultura, voltando em 1919 ao Ministério da Marinha onde surge a missão do Cruzador e, em 1023 é nacionalizada e regulamentada com a extinção dos Serviços de Pesca e Saneamento do Litoral, da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha. A pesca volta em 1933, ao Ministério da Agricultura para o Departamento de Indústria Animal, onde é criada a Divisão de caça e Pesca.

Quando da segunda guerra mundial, tem-se "A volta" das Colônias em 1942 à jurisdição do Ministério da Marinha, a fim de serem os pescadores organizados, instruídos e empregados como auxiliares de forças navais na guerra, será o único caminho que devi-

Acervo ISA

damente regulamentado, poderá impedir a dissolução dos agrupamentos criados no litoral pela missão do cruzador". (Almirante Frederico Vilar)

A criação das colônias trouxe consigo um caráter cívico patriótico para os pescadores, como caracteriza o culto à Bandeira Brasileira, à bandeira da Colônia que possui um escudo com o símbolo do cruzeiro do sul, encimado pelo dístico "Pátria e Dever". Este escudo é uma marca que se reproduz nas correspondências de muitas colônias.

Essa forma de implantação das colônias, que não respondiam aos interesses dos pescadores, além de criar no seu meio uma idéia de militarização e submissão às autoridades e o seu caráter de obrigatoriedade, fez com que levasse a legitimidade e ausência de responsabilidade das Colônias na condução de seus destinos. Isso se manifesta na evasão do quadro de associados, como também na falta de participação dos pescadores.

As colônias de pescadores constituem-se em uma organização contraditória na medida em que tem a finalidade de representar e defender os direitos e interesses de seus associados, ao mesmo tempo em que se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas. Assim o Estado é determinante nesta contradição e faz com que as colônias como tal, - sejam uma organização corporativista.

Neste sistema corporativista, as colônias se submetem à uma estrutura vertical prevista pelo Estado e não escapam da tutela oficial, funcionando como instrumento de controle político. Para os pescadores o controle é exercido pelo Ministério da Agricultura através da SUDEPE que indica o presidente do órgão maior de representação dos pescadores C.N.P. (Confederação Nacional dos Pescadores), o qual é nomeado pelo Ministro da Agricultura.

Outra forma de atrelamento, é o assistencialismo que mais caracteriza o que vem acontecendo ao longo da história e perdura até hoje. E quanto maior a ação assistencialista que oferece uma colônia, maior é sua ligação com o Estado. Esta ligação ocorre através de Deputados à serviço do poder, que utilizam as Colônias como instrumentos eleitoreiros, em troca de favores, como a facilitação dos programas assistenciais.

Como forma de perpetuação no poder, os diretores das colônias, representam a submissão aos prefeitos, favorecendo ao poder municipal, o controle político de parte considerável da população, os trabalhadores da pesca.

Mas, hoje começa a surgir movimentos de pescadores em diversas colônias do Estado que procuram organizar a sua categoria. Temos já algumas colônias onde os pescadores assumiram a direção (Z-1 Carutapera, Z-3 Cândido Mendes, Z-4 Turiaçu, Z-10 São Luís) e começam a fazer valer os seus direitos. Em outras colônias surgem movimentos de oposição (Z-6 Cururupu, Z-8 Santa Helena, Z-19 Icatu) e em novas áreas de colônias, os pescadores já sentem a necessidade de organização.

A Federação Estadual dos Pescadores do Maranhão nunca esteve à serviço dos pescadores, tendo em sua direção pessoas alheias à categoria e ligadas à SUDEPE local. Todas as suas ações se dão de acordo com os interesses das empresas e dos órgãos oficiais (digo,empresas de pesca e dos órgãos oficiais).

Ao longo do te o, a Federação se caracterizou por

Acervo ISA

suas alianças com empresários e políticos-eleitoreiros, e sua inoperância junto aos pescadores.

Em abril passado próximo, foi eleita a nova diretoria da Federação composta por um funcionário da SUDEPE(Presidente), Tenente reformado da Marinha(Secretário) e um engenheiro de pesca' funcionário do Estado(Tesoureiro).

Diante do movimento incipiente dos pescadores, que procurando se organizar enquanto categoria e lutar pela conquista' das direções das colônias e pela defesa dos seus direitos e interesses a Federação foi obrigada a reciclar e tomar novas posturas políticas.

Hoje, a Federação procura desmobilizar e dividir ' os pescadores em particular nas áreas em que existe um movimento da categoria. Como carecteriza as ações em Alcântara, Turiaçu e Santa' Helena (criação de colônia, intervenção, junta governativa respectivamente) todas essas ações ligadas aos prefeitos locais.

Na prática, faz parte de seu processo de recicla-' gem, a elaboração de projetos assistencialista junto as institui -' ções governamentais, como canal de ligação entre os pescadores e os políticos-eleitoreiros do governo, determinando e limitando a população beneficiada.

A Confederação Nacional dos Pescadores - C.N.P. assim como as Federações e as Colônias em sua maioria não represen-' tam os pescadores em seus interesses fundamentais, caracterizando ' mais como um prolongamento dos órgãos governamentais, do que parte do mundo desta categoria.

A falta de representação da Confederação é de maneira tal, que os pescadores não tem uma participação na escolha de sua direção que fica a cargo do Ministério da Agricultura que nomeia seu presidente e historicamente sempre teve em sua direção militares reformados da Marinha.

Com a chegada da Nova República não houve mudanças na Confederação. Sendo que o único passo dado foi o surgimento da Constituinte da Pesca que está despertando um movimento de pescadores a nível nacional.

2 - SITUAÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO

ICATU

Nestes últimos seis meses de trabalho, o grupo de pescadores do município de Icatu, conseguiu dar passos significativos para a organização da categoria. Alguns pescadores já se constituem referência para a categoria, fundaram uma capatazia, organizaram a festa de São Pedro e trabalharam coletivamente para garantir' a sustentação financeira da luta.

O grupo se constitui com maior força por pescado-' res de Palmeiras, Serraria e Itapera, onde existem grupos em funcionamento e/ou lideranças. Mas a articulação do grupo já atinge os povoados de Santa Isabel, Timbotil, Boa Vista, Sertãozinho, São Paulo e outros. O movimento nessa região, exigiu um mecanismo de representação da categoria, que facilitasse a a associação e quitação, ou seja, uma capatazia.

Por isso,mesmo sem ter a Colônia nas mãos, os pes-

Acervo ISA

cadores de Palmeiras e Serraria criaram uma capatazia. Uma conquista importante para o movimento. Realizaram eleições, escolheram seu representante, e organizaram um documento em forma de abaixo-assinado, solicitando a oficialização da capatazia. Está planejado a construção da sede da capatazia, com recursos próprios e em forma de mutirão. O capataz faz parte do grupo e as decisões sobre o trabalho são coletivas.

Discontente, o presidente da colônia, tenta atrapalhar a organização dificultando a papelada e a associação dos pescadores, ao mesmo tempo em que faz um discurso populista através de projetos assistencialistas em alianças com o poder político municipal.

Para a sustentação financeira da luta, além das caixinhas foram realizadas duas atividades. Pelo carnaval, através da revenda de materiais de bazar. E a festa dos pescadores em junho. Não podemos destacar saldos econômicos, porque foram poucos,mas destacamos o saldo organizativo com a mobilização durante a realização da novena de São Pedro, procissão, torneios e festas do Padroeiro , que foi comemorado pela primeira vez na região.

Como dificuldades, destacamos a fraqueza das comunidades eclesiais, o fato de que maioria dos pescadores não são documentados como cidadãos, e a situação retógrada da região de Tauba, onde alguns pescadores participaram do início da aglutinação do grupo e não continuaram a contribuir no processo de organização.

A falta da documentação de cidadão, torna muito difícil a associação e documentação como pescador profissional, principalmente para aqueles de idade média e avançada, onde precisa de autorização do juíz, batistério e taxas incompatíveis com as condições dos pescadores. Por isso, está em andamento a criação de uma Associação de Pescadores e Lavradores, cuja finalidade será contribuir com a organização e conquista de melhorias concretas para a categoria. Quando for registrada, deverá estabelecer convênio com instituições como a L.B.A., onde no aspecto jurídico, realizará registro cívil e outras documentações básicas. Já foi realizada assembléia onde foi eleita a diretoria, e o grupo está elaborando uma proposta de estatuto da Associação.

O grupo esta organizando o Encontro Municipal, e para isto está mobilizando as comunidades e preparando o conteúdo.Com este encontro esperamos ampliar o movimento, estabelecer novas referências, fortalecer o grupo, divulgar as principais mensagens da luta para a categoria e associar novos pescadores.

SÃO LUÍS - ALCÂNTARA

Apesar da direção da Colônia Z-10 ter sido conquistada pelos pescadores a mais de um ano, ela ainda não se transformou para a grande massa, em um órgão de classe dos pescadores. Isso porque o trabalho de organização ficou muito caracterizado como uma luta contra a diretoria pelega e no momento que foi conquistada, todo o movimento esfriou.

Discutindo a situação da Colônia e planejando a reforma das mobilizações a partir dos povoados, feitos pelos grupos municípais (São Luís e Alcântara), apenas alguns passos foram realizados.

Quando ocorreu o acidente com o navio coreano Hunday New World, os pescadores de São Luís planejaram várias reuniões

Acervo ISA

nos povoados. Isso fez com que alguns pescadores se envolvessem com a Colônia na campanha de denúncias sobre a poluição causada pelo óleo e a realização de algumas reuniões nos povoados. Outra atividade dos pescadores de São Luís foi a mobilização para a assembléia realizada em julho.

O acidente do navio despertou nos pescadores de São Luís o interesse pela problemática da poluição, que já ocorre no rio Tibiri e a importância e necessidade de discutir sobre a defesa do meio-ambiente. Para isso, elaborarão um planejamento de trabalho com reuniões nos povoados, para começarem a debater sobre este problema e tomarem decisões de encaminhamentos concretos.

Alcântara, que sempre esteve na frente do movimento da Z-10, hoje apresenta um quadro muito débil e até o momento não conseguiu fazer uma retomada do movimento.

Este marasmo criou condições para o prefeito, que quer dividir o movimento dos trabalhadores, articular a criação de uma Colônia no município sem a participação dos pescadores, e para realizar tal fato cooptou para seu lado o tesoureiro da Z-10 que pertence a esse município.

O tesoureiro, quando do início do movimento, se caracterizou do lado da categoria e chegando à direção da Colônia que não obteria vantagens pessoais, começou a abandonar a luta, até passar a defender oposições contrárias à categoria.

Com a criação da Colônia Z-33 pelo prefeito, que para poder conseguir o número mínimo de 300 pescadores foi buscar em uma área onde o movimento de trabalhadores (pescadores e lavradores) em Alcântara é fraco, pouquíssimos foram os pescadores sócios da Z-10, que passaram para essa colônia.

Mesmo nesta situação, a diretoria da colônia tem ações que representam marcos importantes no processo de organização, tornando-se referência em todo o Estado. Salientamos ações como:Realização de reunião com a diretoria de várias colônias do Estado,postura diante das eleições da Federação, Campanha de denúncia contra a poluição provocada pelo óleo do navio New World e a convocação de assembléias para discutir problemas da categoria.

Dando continuidade às discussões sobre a Constituinte da Pesca, a Colônia Z-10 realizou em março uma reunião com as diretorias das Colônias, onde foi discutido e defendido uma proposta para a lei das colônias, que serviu de elemento de discussão na reunião da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca, em Brasília.

Durante a realização da eleição para a escolha da nova diretoria da Federação, a Z-10 foi a única colônia que tomou uma postura de oposição à essa direção, votando em branco, já que não havia outra chapa inscrita.

Com o acidente do navio coreano Hunday New World, houve derramamento de óleo que logo atingiu às praias e foi divulgado pela imprensa local. As autoridades lançaram nota dizendo que o óleo só chegará às praias e não tinha atingido os mangues. Neste mesmo período chega denúncia dos pescadores na Colônia, dizendo que o óleo estava atingindo os mangues e que alguns pescadores tiveram seus instrumentos de trabalho estragados, devido a presença do óleo nas águas.

A direção da colônia esteve visitando alguns lugares atingido pelo óleo, onde foi constatado a poluição.Destacou al

Acervo ISA

gumas amostras de mangues sujo pelo óleo para denúnciar à sociedade através da imprensa, que prontamente foi negado pelas autoridades. Para confirmar a denúncia dos pescadores da Z-10 junto com a Comissão Pastoral dos pescadores - CPP, preparou uma viagem onde foi convidado novas entidades como o Comitê de Defesa da Ilha, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Sendo anunciado pela imprensa, em peso, sobre a presença do óleo nos mangues de São Luís em particular na Ilha dos Caranguejos, as autoridades começam a confirmar que realmente havia óleo nos mangues, mas em pequena proporção, isso já com um mês do acidente do navio.

Com a denúncia dos pescadores, foi caracterizado para a sociedade a irresponsabilidade das autoridades com relação ao meio ambiente, forçando-os a convocarem técnicos da CETESB de São Paulo e internacionais para dar explicações sobre a poluição, que é questionável.

Fazendo com que a categoria participe das decisões da colônia, os associados foram convocados para uma assembléia onde discutiram sobre a prestação de contas, mensalidades da colônia e assuntos da categoria.

Estamos contribuindo com os pescadores nas reflexões dos grupos municipais(São Luís e Alcântara), onde procuramos meios de retomar a caminhada. Estivemos contribuindo na campanha de denúncia da poluição e acompanhando algumas reuniões nos povoados.

CARUTAPERA

Na tentativa de conquistar a direção da Colônia Z-1, os pescadores vêm lutando desde 85, quando venceram as eleições. Mas, a chapa vencedora não agradou ao prefeito, que junto com a Federação impediram a posse da chapa. Os pescadores, não conseguiram uma mobilização suficiente para garantir a posse. Depois, foi nomeada uma junta governativa, indicada pelo prefeito da cidade.

Em 1986 foi convocado novas eleições, mas, essa não chegou a ser realizada porque o processo eleitoral não foi homologado pela Confederação. A junta continuou na direção da colônia, mesmo com o mandato vencido e mais uma vez os pescadores ficaram de fora.

Dando um basta nesta situação, os pescadores realizaram uma assembléia e indicaram sua própria junta governativa, solicitando da junta anterior todo o material da Colônia, o qual foi negado.

Diante do impasse criado, os pescadores convocaram nova assembléia exigindo a presença da Federação.

Na nova assembléia, os pescadores garantiram a indicação da junta, fazendo valer a decisão tomada anteriormente e com esse passo conseguiram chegar à direção da colônia.

A preocupação primeira desta junta é ampliar o quadro de sócio, fazendo reuniões nas praias onde é discutido a importância da colônia, e preparar as eleições previstas para novembro.

Nós contribuimos com os pescadores através do pequeno grupo de frente que vem sendo formado, discutindo a preparação das assembléias em particular a segunda, para fazer valer suas decisões, elaborando um plano de ação da junta eleita.

Acervo ISA

TURIAÇU

Depois da vitória dos pescadores de Turiaçu na última eleição, a diretoria eleita, tomou posse e começou a fazer algumas visitas, pequenas reuniões e promoveu um grande encontro municipal.

Mesmo ciente do descontentamento da Federação, com relação à direção da Z-4, esta além de começar fazer uma atuação junto à categoria, procurava obter da Confederação em Brasília informações sobre o processo de homologação da diretoria.

A Confederação chegou a informar aos pescadores que as eleições foram homologadas. Mas para surpresa de todos, a diretoria completa da Federação chegou em Turiaçu e decreta intervenção na Colônia, nomeando uma junta composta por elementos da chapa derrotada na eleição, criando um clima de tensão entre os pescadores devido ao conflito do dia das eleições e sérios problemas de terras.

A junta interventora convoca uma assembléia. Os pescadores comparecem em peso e no ato da abertura com a leitura do edital de convocação, um pescador interrompe dizendo que aquele edital não é legal, pois quem deve convocar e dirigir a assembléia deveria ser a diretoria eleita. Em seguida, outros pescadores falaram em apoio à diretoria eleita, não tendo mais condições de continuidade da assembléia.

A junta, vendo que não era aceita pelos pescadores e que não teria condições de dirigir a assembléia, encerra de maneira arbritária (sem nem mesmo começar) a assembléia, convocando a polícia para garantir a ordem durante a realização da Assembléia.

Quando da entrada da polícia já armada de metralhadora e revólveres, é criado um clima de tensão. Um sargento, sacando o revólver é impedido por um pescador de atirar na multidão,mas, o revolver detona para o chão e a bala resvalando atinge na perna de dois pescadores.

Diante dos acontecimentos, os pescadores denunciaram o ocorrido em Turiaçu durante a assembléia, e registraram queixa junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado sobre a intervenção da polícia em assuntos da categoria e foram a Brasília exigir uma posição da Confederação.

Colaboramos com os pescadores de Turiaçu na reflexão sobre a necessidade de um planejamento de ação junto à categoria, assessoramos o grande encontro municipal e colaboramos nas reflexões sobre os passos que deveriam dar para garantir o resultado das eleições na assembléia e acompanhando os passos após a assembléia.

SÃO MATEUS DO MARANHÃO

Existe em São Mateus, mais de 50 famílias que vivem da pesca nos lagos dos Veados e Verde. Atualmente existe um estado de violência praticado pelo proprietário de uma área vizinha aos lagos, Sr. Leonel Rosales, o qual procura expulsar, juntamente com seu exército de jagunços, os pescadores dos lagos. Este fato já existe a mais de 3 meses, sendo que os pescadores e suas famílias estão passando pelas piores privações.

Recebemos denúncias e solicitações de colaboração com a luta dos pescadores de S.Mateus. E, como providência, foi encaminhado carta-denúrcia à Capitania dos Portos, que afirmou não

Acervo ISA

ser de sua competência intervir nos conflitos dos lagos, e remeteu a denúncia para a Secretaria de Segurança e ao Comando da Polícia Militar do Estado.

Por solicitação dos pescadores foi realizada uma sessão pública na Câmara Municipal de São Mateus, onde por unanimidade, os vereadores decidiram tomar todas as providências relativas ao caso.

A nossa orientação tem sido, além de jurídica, educativa, como por exemplo, mostrar a importância da resistência coletiva dos pescadores em garantir o direito de continuar pescando no lago, trabalhando em grandes grupos. Importante também foi a organização de uma comissão e elaboração de um documento-denúncia à Colônia de Bacabal e à Federação, mesmo sabendo que estes órgãos, nas condições em que estão, não assumirão a luta.

Mais recentemente, o Sr.Leonel cercou a área que dá acesso aos lagos, ameaçando os pescadores de só pescar, se for para lhe vender o produto e por um preço abaixo da tabela local. Os pescadores não concordam, e estão providênciando uma ação jurídica competente ao caso.

CEDRAL

O movimento dos pescadores do município de Cedral não tem apresentado avanços significativos. O grupo não conseguiu constituir como grupo e articular a categoria, à partir dos povoados, apesar da elaboração de planos de trabalho.

Essa situação pode ser entendida por várias razões, a saber: a maioria dos elementos do grupo assumem atividades junto à outros movimentos, dificultando o engajamento de forma prioritária; falta de lideranças que sejam referências e que tenham um nível de conhecimento teórico-prático que permita segurança no encaminhamento do trabalho; e a periodicidade das reuniões do grupo, que geralmente são muito distanciadas, dificultando o processo de formação do grupo.

Há vinte anos atrás, existiu uma Colônia em Cedral e foi uma experiência muito negativa, pela forma como foi criada e pela sua atuação. Hoje os pescadores estão desacreditados na organização da categoria e na própria colônia. Esse fato também tem dificultado muito o trabalho do grupo nos povoados, que não tem conseguido multiplicar o movimento.

Mesmo assim, o grupo se reuniu duas vezes nesse semestre para discutir as dificuldades do grupo, descobrir as causas e planejar ações concretas que permitam fazer o movimento crescer, a começar pela associação e documentação dos pescadores.

O objetivo definido a médio prazo, é criar uma colônia em Cedral e desliga-la da colônia de Guimarães. Para isso, os passos será criar movimento suficiente para realizar uma assembléia massiva, que decida sobre a fundação da colônia, sua abrangência, objetivos, junta governativa e período de atuação, processo eleitoral, e.t.c. Isso será possível, com grupos organizados nos povoados e uma articulação capaz de traçar, na prática, a direção política do movimento.

SANTA HELENA

Os pescadores de Santa Helena, com a ajuda de um técnico da COPENART, fizeram uma chapa para concorrer a eleição da diretoria e conselho fiscal marcada para 10 de janeiro. Quando che-

Acervo ISA

garam para votar, receberam a notícia que a leição foi adiada para o dia 18 do mesmo mês. Voltaram de novo para votar e encontraram a sede da colônia fechada.

Pelo fato de haver terminado o mandato da diretoria e o presidente não ter prestado contas e nem conduzido o processo eleitoral, os pescadores prepararam um abaixo-assinado exigindo uma assembléia extraordinária, para eleger uma junta governativa para regularizar a colônia. A assembléia foi marcada para o dia 22 de fevereiro, onde seria discutido a situação da colônia.

Diante da reação dos pescadores, o presidente sem mandato veio a Federação Estadual dos Pescadores registrar a ação da categoria, e combinaram uma reunião (assembléia) a qual foi convocada às 18:00 horas do dia 31 de janeiro para manhã do dia 1º de fevereiro, onde tiveram presentes 23 pessoas, incluindo o prefeito e vereadores, tirando no final uma junta governativa.

Os pescadores não aceitaram tal reunião, mantiveram sua assembléia previamente marcada e escolheram 3 companheiros para assumirem a junta governativa da categoria. Em seguida, trouxeram para a Federação a ata da assembléia para que essa encaminhasse para a Confederação, o que não ocorreu.

Frente aos fatos, a Federação escreve para o ex-presidente da colônia para que este convocasse os pescadores para uma assembléia no dia 5 de julho/87 onde seria resolvido o impasse.

Assumindo um compromisso com o prefeito do município, o presidente da Federação, tenta impor a junta indicada pelo poder local, que logo é rebatido pelos pescadores que só aceitam a junta escolhida por eles.

No final foi escolhida uma junta de conciliação, tendo na presidência uma pessoa indicada pelo prefeito e na secretaria, um pescador indicado pela categoria, e na tesouraria, outro pescador, só que ainda fraco politicamente.

Os pescadores fizeram este recuo, porque o prefeito e vereadores presentes na assembléia estavam acompanhados de jagunços armados e para não haver conflitos corporais e possível derramamento de sangue (clima houve para isso) acharam por bem recuar.

Colaboramos com os pescadores de Santa Helena nas reuniões de avaliação e planejamento, com programação de reunião nos povoados, como também na preparação das assembléias, onde foi montada varias estratégias de ação.

CURURUPU

Em julho passado próximo, os pescadores concorrendo com chapa única, venceram as eleições para a diretoria e conselho fiscal da colônia Z-6.

Nossa contribuição aos pescadores de Cururupu, se limitou a orientações sobre as definições e estratégias de ação para garantir vitórias no processo eleitoral, a ser definido na assembléia de lançamento do edital de convocação das eleições, como também, nas próprias eleições.

GRUPO DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS PESCADORES

Com base na avaliação do VI Encontro Estadual dos pescadores, o Grupo de Articulação tomou decisões referentes a rea-

Acervo ISA

lização do VII Encontro. Como por exemplo, a formação da equipe de conteúdo que assumirá a preparação do conteúdo e a sua cocrdenação; equipe de organização, que assumirá toda a organização do evento e; equipe de finanças, que assumiu a tarefa de arrecadar recursos e administrar as finanças do Encontro Estadual.

O Grupo de Articulação elaborou, apartir dos abaixo-assinados com 4.216 assinaturas de pescadores de várias praias do Estado, um documento de denúncias e reivindicações, tendo como princípio básico a "Elaboração de uma nova política de pesca voltada para a pesca artesanal". Este documento foi entregue ao Presidente da República, ao Governador do Estado e a todos os órgãos ligados direto ou indiretamente à pesca.

Ampliando as discussões sobre os problemas e propostas dos pescadores, o Grupo de Articulação realizou uma reunião com um conjunto de Entidades Sindicais, democráticas e partidos políticos. Como resultado, o documento dos pescadores foi divulgado a nível nacional e estadual junto às Entidades democráticas e sindicais. As entidades organizaram também um documento de apoio às reivindicações e proposta dos pescadores.

O Presidente da República já enviou telegrama, anunciando ter enviado o documento e abaixo-assinado para estudo junto ao Ministério da Agricultura.

COMISSÃO DE PESCADORES DO MARANHÃO EM BRASÍLIA

Diante dos fatos e impasses quevinham ocorrendo. A saber: Colônia Z-4 de Turiaçu, (que sofreu para surpresa da categoria, uma intervenção da Federação dos Pescadores); na Colônia Z-8 de Santa Helena onde os pescadores escolheram em assembléia uma junta governativa, para regularizar a mesma, e de fato da Federação aliada ao poder local quer impor uma outra junta; em Alcântara, a criação de uma colônia aliada aos interesses do prefeito municipal e não participação dos pescadores da colonia Z-10 e da ação da Federação em aliança com o prefeito. Por isso, uma comissão composta por pescador de cada área da colônia prejudicada e um membro da Comissão Pastoral dos Pescadores viajaram para Brasília para denunciar esse acontecimento e exigir da Confederação Nacional dos Pescadores, o respeito e soberania das decisões de suas assembléias, que representa os interesses dos pescadores.

Na reunião foi elaborado um documento final assinado pelo presidente da Confederação, onde compromete a homologar a diretoria eleita em Turiaçu, a junta governativa dos pescadores em Santa Helena e rever o processo de criação da colônia em Alcântara, assim como se compromete em vir ao Maranhão para empossar as duas diretorias de Turiaçu e Santa Helena.

ARTICULAÇÃO ENTRE OS AGENTES

Mesmo com a articulação entre os agentes pastorais ainda fraca (padres e freiras) do Maranhão, foi realizado em fevereiro deste ano o seu IV Encontro.

O encontro teve como base de discussão os seguintes pontos: A realidade dos Pescadores; Colaboração dos Agentes com a Organização dos Pescadores - em que atrapalham, que dificuldades encontram no encaminhamento do trabalho.

Acervo ISA

Como conclusão foi definido o objetivo geral da CPP/MA e a linha prioritária de trabalho.

Objetivo: - Participar de um processo de organização dos pescadores em conjunto com outros oprimidos, como instrumento de luta para a construção de um mundo de justiça e fraternidade.

Linha Prioritária: - Fazer das colônias órgãos de defesa da categoria;
- Descobrir e formar novas lideranças e agentes.

Estiveram participando deste encontro pescadores membros do grupo de Articulação que colaboraram nas discussões.

ACIDENTE DO NAVIO

O acidente do navio Hunday New World, além da campanha de denúncia junto à sociedade sobre a poluição causada pelo óleo derramado, organizamos um dosiê o qual foi enviado à várias entidades e a Secretaria Nacional do Partido dos Trabalhadores, solicitando providências.

Atualmente, o Deputado Constituinte Vitor Buaz, eleito pelo Estado do Espírito santo, está solicitando junto ao Congresso Nacional todas as informações sobra as causas e efeitos do acidente, assim como as providências tomadas pelas autoridades. Até agora suas solicitações foram negadas.

Por outro lado a Procuradoria Geral do Estado, criou uma comissão de promotores públicos para estudar as causas e efeitos do acidente, tendo em vista providências legais.

PLANO DE TRABALHO PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 1987.

O nosso plano de trabalho, para estes últimos meses do ano de 1987, continua o mesmo definido no relatório de atividades de 1986, ou seja:

1 - Acompanhamento do movimento dos pescadores dos municipios definidos como prioritários;
2 - Acompanhamento aos pescadores da colônia Z-10;
3 - Acompanhamento ao Grupo de Articulação Estadual;
4 - VII Encontro Estadual dos Pescadores;
5 - Articulação dos Agentes Pastorais;
6 - Produção do material didático;
7 - Ampliação e formação da equipe.

Observação:

A Comissão Pastoral dos Pescadores, diente do trabalho realizado nestes últimos anos e das dificuldades encontradas no encaminhamento de nossa prática, como contribuição no processo educativo do movimento dos pescadores do Estado, estamos planejando realizar até o final do ano, uma avaliação criteriosa do nosso trabalho, para definirmos nossa prática junto aos pescadores.

São Luís(MA), julho de 1987.

Waldo Aguiar Siqueira
p/ Comissão Pastoral dos Pescadores.

N O T A

Nós Pescadores do Municipio de Santa Helena, viemos tornar público a situação de Nossa Colônia Z-8.

- A Diretoria nunca informou ao pescador a finalidade da Colônia, direitos do Pescador, orientações sobre a Previdência Social e como ter acesso a ela.

- E' uma diretoria em que o Presidente é funcionário público municipal e o tesoureiro é um vereador comerciante e o secretário é um comerciante e machante.

- O Conselho Fiscal não tem conhecimento sobre o que se passa na Colônia, foi eleito só para constar.

- Os associados, para se quitarem, deveriam procurar o presidente onde ele se encontrasse, nunca se encontra na Colônia e não havia uma pessoa para atender os pescadores.

- As fichas de quitação não tem nenhum controle e quando os pescadores pagam suas mensalidades, não dão comprovante registrando os meses de quitação e não registram na ficha. Isto é,na Colônia não consta a entrada do dinheiro e nem da quitação do pescador.

- Diante de tal situação, os pescadores organizaram uma chapa para concorrer às eleições já que o mandato dessa Diretoria findava em 16 de dezembro de 1986.

- A chapa foi encaminhada através do engenheiro da COPENAT,à Federação. Foi feito o Edital de Convocação para a eleição através do mesmo engenheiro. O presidente assinou o Edital depois de muita pressão.

- Não houve as eleições que ficou marcado inicialmente para o dia 10/12/86 e depois para 18/12/86. A transferência de data para o dia 18 foi totalmente irregular porque a portaria diz que depois de publicado o edital, a data e local de votação não podem ser alterados.

- Os pescadores não foram avisados da alteração das datas fazendo-os comparecer as 2(duas) vezes inutilmente.

- O presidente não preparou nada do processo eleitoral.

- Mediante estes fatos, os pescadores se reuniram, fizeram um abaixo-assinado convocando uma assembléia para solicitar a prestação de contas, discutir a situação da Colônia e eleger uma Junta Governativa - Ficou marcada a Assembléia para 22 de fevereiro de 1987.

- Depois do abaixo-assinado o Presidente convocou uma reunião às 6 horas da tarde do dia 31/01/87 para às 8 horas do dia 1º de fevereiro. Nesta reunião estavam presentes o Prefeito, 3 vereadores e outras pessoas não pescadores. Nesta reunião tiraram uma junta governativa composta de 3 pessoas: o presidente da COMABA, o secretário não é pescador e o Tesoureiro é intermediário do pescador. Nesta reunião estavam presentes umas 20(vinte) pessoas ao todo.

- Na Assembléia, a diretoria que havia sido convocada não compareceu. Os Pescadores elegeram a Junta Governativa composta de 6 (seis) pescadores. Como a Colônia estava sem direção desde 16/12/86- a assembléia decidiu que a Junta tomasse posse imediatamente. No dia

Acervo ISA

seguinte a Junta foi à Colônia para tomar posse e receber todo o material da Colônia. O Presidente não estava e o Tesoureiro negou-se a assinar e entregar o material da Colônia e justificou sua posição afirmando que a Federação havia homologado a Junta Governativa que saiu' na reunião de forma irregular que foi realizada na data de 1º/02/87.

- Diante do impasse, 2 pescadores foram à Federação levar o material da Assembléia e solicitar uma declaração por escrito, quanto à sua posição diante de tais fatos. A Federação negou-se a dar qualquer posição sobre o assunto.

- Nós Pescadores, estamos conscientes da importância de nossa' organização por isso não mais admitimos essa intromissão de pessoas estranhas à categoria e nem o autoritarismo de pessoas à serviço do poder, o que constitui um desrespeito ao Pescador.

- Nós Pescadores, cientes de que a Junta que eles formaram é totalmente irregular, tomamos a decisão de manter a Junta eleita pelos Pescadores em uma Assembléia convocada para tal e que é soberana.

Santa Helena(MA), 28 de fevereiro de 1987

Osvaldo Soares
Benedito Pereira
Virgílio Campos
João Maria Nogueira

CARTA - DENUNCIA

Nós pescadores do Município de Icatu, viemos de público DENÚNCIAR, uma série de irregularidades promovidas pelo Sr. Eudes Belfort, presidente da Junta Governativa da Colônia de Pescadores de Icatu, Z - 19, e também por seus antecessores na diretoria da Colônia. As denúncias são as seguintes:

- Desde que a Colônia foi fundada, os pescadores de Icatu nunca foram convocados para uma eleição;

- Nunca houve uma Assembléia Geral da Colônia;

- A última diretoria, permaneceu na Colônia durante 14 anos, sem eleições, apenas autorização da Federação dos Pescadores do Estado;

- Um grupo de pescadores esteve na Colônia no dia 29 de dezembro de 1986 para associar alguns pescadores e o presidente, Sr.Eudes alegou não ter material para associar, ou seja, não tem fichas nem carteiras. No entanto, ele ficou de providênciar e até hoje nenhuma providência foi tomada;

- Com isso, constatamos que o presidente não tem competencia para dirigir nosso órgão de classe, é despreparado para exercer a função, porque não encaminha nem a associação dos pescadores que procuram a colônia para se associar, nem o funcionamento da colônia;

- Dessa forma a Colônia de Icatu, praticamente não existe,desmobiliza os Pescadores e facilita a entrada da Colônia de Ribamar no Municipio, onde já tem algumas capatazias, totalmente repressivas para os pescadores;

- Essa situação prejudica os pescadores no trabalho da pesca, porque os pescadores de Ribamar e Raposa estão invadindo as cabeceiras e estragando o sururu, sem que nenhuma providências seja tomada pela Colônia de Icatu.

Diante desses fatos, nós EXIGIMOS que o Sr. Eudes, providencie a associação dos pescadores na Colônia, porque é um direito de todos os trabalhadores se associar em Entidades de sua classe.

Icatu(MA), 23 de fevereiro de 1987

OS PESCADORES DE ICATU.

Acervo ISA

CARTA DENÚNCIA DOS PESCADORES DE TURIAÇU - MARANHÃO

Companheiros pescadores,

Tenho o dever de comunicar-lhes as irregularidades e arbítrios, que o presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Maranhão, senhor Sebastião da Silva, e o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, senhor José Eduardo, estão cometendo contra a união e o direito de organização dos pescadores da Colonia Z-4 de Turiaçu. È importante conhecer alguns fatos que fundamentam essa denúncia.

1- Domingos Veloso de Oliveira dirigiu a Colonia de Pescadores de Turiaçu-Ma, durante o periodo de 1983 à 1984. Sua atuação foi sempre de acordo com a SUDEPE, persegiu os pescadores com prisões dos materiais de pesca e dos próprios pescadores nas praias de Mutuoca, Sababa, Antonio Dino, Igarapé Grande e Quembáua Durante o seu mandato nunca houve prestação de contas nem assembléias gerais.

2- Em 1º de dezembro de 1984, houve eleição para Diretoria e Conselho Fiscal, onde os pescadores foram vitoriosos, tendo como presidente José Wilson Saraiva Correia. Sua atuação foi em conjunto com os pescadores, esclarecendo e promovendo reuniões na sede e nas praias, documentando os pescadores, realizando assembléias para decisões coletivas, iniciando o trabalho de construção da sede própia, etc.

3- Em assembléia realizada no dia 19/10/1986 foi lançado o Edital de convocação para as eleições da Colonia para o dia 21/12/86.

4- No dia 19/12/86, o secretário da Federação, hoje presidente,Sr Sebastião da Silva,manda uma carta ao presidente da Colonia,através do encabeçador da chapa 2, Domingos Veloso, e ex-presidente da Colonia,solicitando uma reunião para que não fosse realizada à eleição.

5- N o dia 21/12 as eleições foram realizadas, baseada na portaria da C.N;P, que diz que uma vez publicado o Edital de Convocação não poderá mais ser adiada. Eram sete urnas espalhadas nas praias e na sede do Municipio.

Quando foram iniciados os trabalhos de abertura da urna nº 1, na sede da colonia, a chapa 2, liderada pelo Sr.Domingos Veloso, com apoio declarado do Prefeito da cidade e do Federação dos pescadores, invadiram o recinto eleitoral, saquearam todo material eleitoral, jogaram na rua etocaram fogo, de forma planejada, já que alguns elementos tinham em mãos frascos contendo querosene. Mesmo assim, as eleições prosseguiram na parte da tarde.

Acervo ISA

6- Na apuração, o resultado das eleições foi a vitória da chapa 1, com 216 votos e a chapa 2, com 15 votos.

Foi enviado denuncias para a Confederação, e todo material referente ás eleições, como Ata Geral de Apuração, lista de votantes, etc.

7- No dia 21/01/87 foi realizada a assembléia de posse, apesar de ainda não ter chegado a homologação das eleições, pois a Confederação estava ouvindo a Federação. E, mais uma vez os agressores tentaram tumultuar, espalhando o boato deque iriam impedir a posse, atacando a colonia com 30 homens armados prontos para a briga.

8- No dia 9 de junho, depois de várias tentativas de contato, o secretário da Confederação nos informou que a homologação das eleições já havia saído da Confederação. Mas, até agora não recebemos o documento de homologação.

9- No dia 22 de junho, chegou em avião fretado pelo prefeito todos os diretores da Federação para, por intervenção na colonia e por uma junta governativa nomeada pela portaria nº 089/87 da CNP, com data de 17 dejunho de 1987.

É importante ressaltar que a Federação chegou de surpresa. Além do mais, as pessoas da Junta são ex-diretores da Colonia e todos participaram do crime de invasão e queima de materiais eleitorais.

Peço aos companheiros que repudiem e denunciem esses fatos de desrespeito à organização dos pescadores. A Confederação ouviu apenas a Federação, que apoia a chapa 2 e está envolvida no tumulto, pois, segundo Domingos Veloso, autorizou a invasão e queima do material eleitoral. A Confederação não respeitou o direito de voto dos pescadores que elegeram a Chapa 1.

Diante do acontecimento e com o apoio dos pescadores, denuncio a falta de respeito e a maneira irresponsável que usaram os senhores presidentes da Federação e Confederação em querer vedar o nosso direito de escolher os dirigentes de nossa entidade. E peço aos companheiros da Comissão Executiva da Constituinte da Pesca, que divulgue está noticia a todos os delegados da mesma.

Do companheiro e delegado da Constituinte da Pesca do Estado do Maranhão.

Ulélis Pereira Salgado

Ulélis Pereira Salgado.

Acervo FASA

DOCUMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO MARANHÃO

DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES

Nós Pescadores Artesanais do Estado do Maranhão, que trabalhamos dia e noite no mar e nos rios, para garantir a sobrevivência das nossas famílias e o pescado para alimentar a população, viemos muito respeitosamente denunciar à Vossa Excelência alguns fatos que estão seriamente ameaçando nossa sobrevivência como trabalhadores da pesca, e ao mesmo tempo reivindicar melhorias concretas para a nossa categoria.

Assim DENUNCIAMOS:

- Em detrimento da sobrevivência de mais de 80 mil pescadores artesanais e suas famílias, e como forma de ajudar o País a pagar a dívida externa, o governo tem financiado atividades da pesca industrial visando a exportação do pescado. Além disso os pescadores artesanais não têm recebido incentivos financeiros, para garantir suas condições materiais de trabalho e competir com as empresas;

- A pesca industrial é uma pesca intensiva que poderá levar ao esgotamento dos recursos pesqueiros. A pesca de arrastão está invadindo nossa área de trabalho, operando nas cabeceiras e próximo à costa, estragando o peixe miúdo, aproveitando apenas o camarão, prejudicando assim, a reprodução da vida no mar e o nosso próprio trabalho.

- Várias empresas de pesca instaladas no Maranhão ' como a SANTA ANA, CONVESCO, CONTINENTAL e SOLMAR, estão destruindo os sururuzais e manguesais, comprando os pesqueiros e as ilhas, cercando as praias praticando a pesca de arrastão e expulsando os pescadores do seu local de moradia e trabalho. Assim, as empresas estão privatizando o mar e todas as condições de trabalho que a natureza nos oferece;

- Os projetos governamentais para o setor da pesca' foram planejados de cima para baixo, visando também a exploração intensiva dos recursos pesqueiros, a industrialização e a exportação do pescado. A infra-estrutura portuária de terminais e entrepostos não nos garante o armazenamento e o controle da nossa produção;

- Nós pescadores artesanais produzimos 65% de toda a produção do pescado do Pais, mas não temos condições de armazenar e comercializar nossa produção. E, não existe um preço mínimo do pescado, nem o direito de comercializarmos' livremente nossa produção.

Acervo ISA

Diante do exposto, nós reivindicamos providências imediatas e concretas, tais como:

1 - ELABORAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE PESCA VOLTADA PARA A PESCA ARTESANAL, COM PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA DOS PESCADORES.

* Participação dos Pescadores através de um conselho de pescadores a nível municipal, estadual e nacional.

2 - EXPULSÃO DAS EMPRESAS DE PESCA

* Suspensão imediata dos incentivos financeiros às empresas de pesca;
* Formação de uma comissão composta por técnicos, juristas e pelo conselho de pescadores para analisar os fins sociais das empresas de pesca.

3 - LIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESCA DE ARRASTÃO

* Limitação da área de pesca de arrastão, a partir de 15 milhas, contando da baixa mar.
* Inclusão dessa limitação no Código de Pesca
* Fiscalização da SUDEPE;
* Idenização de todos os danos que as empresas causarem aos pescadores e a sociedade.

4 - EMPRÊSTIMO PARA O PESCADOR ADQUIRIR SEU MATERIAL DE TRABALHO;

* Participação do pescador na elaboração de um programa de financiamento, na administração dos recursos, com poder de decisão sobre os projetos.
* Juros de 5% ao ano, com insenção de correção monetária.
* Prazo de carência de 1 ano e 6 meses, a partir do funcionamento de material.
* Pagamento no prazo de 6 anos, com parcelas de 3 em 3 meses.
* Participação na definição dos critérios para o financiamento.

5 - RECONHECIMENTO DO PESCADOR COMO TRABALHADOR

* Aprovação imediata da lei das colônias elaborada pela Comissão Nacional da Constituinte da Pesca.

6 - PREÇO MÍNIMO DO PESCADO

* Ciação de uma lei que garanta o preço mínimo do pescado na safra e na entresafra.
* Direito de livre comercialização do pescado, pelo pescador.

CONTAMOS COM O SEU IRRESTRITO APOIO

São Luís(Maranhão), março de 1.987.

OS PESCADORES ARTESANAIS DO MARANHAO

* Segue anexo abaixo assinado.

Acervo ISA

NOTA DE SOLIDARIEDADE À CATEGORIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Os Pescadores Artesanais do Estado do Maranhão, estiveram reunidos com algumas Entidades, onde fizeram graves denúncias contra a atual política do governo para a pesca, que está ameaçando seriamente sua sobrevivência.

Neste encontro foram levantadas algumas denúncias:

- Para aumentar a divisa do país para pagamento da divida externa, o governo está investindo na pesca industrial, em detrimento a sobrevivência de mais de 80 mil pescadores artesanais e suas famílias assim como do mercado interno.

- A pesca industrial é uma pesca intensiva que leva ao esgotamento dos recursos pesqueiros, em particúlar a pesca de arrastão, que com maior interesse no camarão estraga todo o peixe, prejudicando a reprodução da vida no mar.

- As empresas de pesca estão comprando os pesqueiros, as ilhas, cercando praias, expulsando os pescadores do local de moradia e em pedindo o desenvolvimento de trabalhos.

- Os pescadores artesanais estão ameaçados em sua sobrevivência. O mar está sendo grilado pelas empresas e os pescadores não têm condições materiais de trabalho para desenvolverem suas atividades.

- A proletarização do pescador artesanal, servindo de mão-de-obra barata, como setor externo das fábricas, para garantir a produção a ser industrializada.

Diante do exposto, as Entidades abaixo-assinadas, considerando que:

- A luta contra a exploração é uma luta de todos os trabalhadores, organizados em seu órgão de classe e/ou em partidos políticos que os representam. As entidades se solidarizam com as lutas dos pescadores artesanais, se comprometendo em divulgar suas denúncias.

- A luta de uma categoria deve ser também emcampada de modo unificado por todos aqueles que sofrem no dia-a-dia a exploração do capital. Apoiam as reivindicações dos pescadores artesanais, que são:

- ELABORAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE PESCA VOLTADA PARA A PESCA ARTESANAL COM PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA DOS PESCADORES.

- Participação dos Pescadores através de um Conselho de Pescadores a nível municipal, estadual e nacional.

1 - EXPULSÃO DAS EMPRESAS DE PESCA
   - suspensão imediata dos incentivos financeiros às empresas de pesca.
   - formação de uma comissão composta por técnicos, juristas e por um conselho de pescadores, para analisar os fins sociais das empresas de pesca.

2 - LIMITAÇÃO DA ÁREA DA PESCA DE ARRASTÃO
   - limite de 15 milhas, contando a partir da baixa-mar.
   - fiscalização da SUDEPE.
   - indenização de todos os danos que as empresas causarem aos pescadores e a sociedade.

Acervo ISA

3 - EMPRÉSTIMO PARA O PESCADOR ADQUIRIR SEU MATERIAL DE TRABALHO

- participação do pescador na elaboração de um Programa de financiamento, na administração dos recursos, com poder de aprovação ou nao dos projetos.
- juros de 5% ao ano, com isenção de correção monetária.
- prazo de carência de 1(um) ano e 6(seis) meses, a partir do financiamento do material.
- pagamento no prazo de 6(seis) anos, com parcelas de 3(três) em 3(três) meses.
- participação na definição dos critérios para o financiamento.

4 - RECONHECIMENTO DO PESCADOR COMO TRABALHADOR

- aprovação imediata da lei das colônias elaborada pela Comissão Nacional da Constituinte da Pesca.

5 - PREÇO MINIMO DO PESCADO

-criação de uma lei que garanta o preço minimo do pescado na safra e na entresafra.
-direito de livre comercialização do pescado pelo pescador.

São Luis(MA), março de 1.987.

Silvino Gonçalves Ferreira - Juventude Socialista/PDT

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - MA - [signature]

Caritas Brasileira - Regional de São Luiz-MA. - [signature]

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES - Maria Jacinta da Silva.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - Magno José Cruz

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA JUSTIÇA E PAZ - Sylvia Vargas Martins

Paroquia de Guimarães (Cedral) - Pe René Belamy

Luis Carlos dos Santos Cintra. PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Carlos J. J. Nina - OAB-MA

PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR - Katia Regina A. Barros

FASE - SÃO LUIS - [signature]

Sindic. dos Empreg. no Comerc. de S. Luis - Maria José Coelho

S.T.I.U.MA - Fernando Alfo Galhardo

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT - Raimundo Martins dos Santos

Vanderley Ramos da Silva ... em Transp. Rod. no Estd. do Maranhão

- [illegible] (SINDICATO DOS [illegible] - [signature]

Arquivo AMA

José Araújo Sousa – Secretário FETHEMA 42

José Salvador Leite – Sindicato dos Trab. Rurais – Viana – MA

CIMI – MARANHÃO – D. Cláudio Zanoni

[illegible] – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

→ de Açailândia

Acervo ISA

COLONIA DE PESCADORES Z - 10

N O T A

A Colônia de Pescadores Z - 10, de São Luís e Alcântara, tendo em vista os fatos que envolveram o acidente do navio coreano Hyunday e o desastre ecológico na Baia de São Marcos, vem de público posicionar:

1 - O vazamento de óleo do Navio Coreano ocorreu no dia 31 de março poluindo o mar, praias e mangues. Mas, só no dia 5 de abril(conforme nota oficial), a Secretaria das MInas,' Energia e Meio Ambiente foi comunicada pela Capitania dos Portos. Isso mostra a negligência dos órgãos públicos em relação à ecológia, visto que o fato foi divulgado pela ' imprensa, desde o dia do vazamento, e não precisava ser comunicada oficialmente para tomar providências.

2 - Nós da diretoria da Colônia, recebemos denúncias dos pescadores. Fomos até a ILha dos Carangueijos e denunciamos ' através da televisão, rádio e jornal, a poluição do óleo nos mangues, inclusive com amostras. A denuncia foi contestada pela Capitania dos Portos e Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente através de nota oficial no dia 25/04.

Depois, para confirmar as denúncias, organizamos uma viagem para a Ilha dos Carangueijos, com a imprensa e a verdade foi divulgada. Só depois de mais de um mês do' vazamento do óleo, e das denuncias é que as autoridades ' foram à região ~~menso~~ menos afetada da Ilha, e admitiram a presença do óleo. Agora procuram minimizar, dizendo que a quantidade de óleo nos manguezais não provam impacto ambiental.

3 - As causas do encalhamento do navio e os males que a poluição poderá causar à vida humana, a faúna e a flora, apesar dos estudos não foram divulgadas à população. Por outro ' lado, não existe dados sobre o número exato de toneladas' de óleo derramada na baia.

4 - E inadimissivel que um órgão público como a Secretaria de Minas e Energia e Meio Ambiente, credenciado para dar parecer técnico para as instalações de grandes projetos, não disponha de condições materiais para evitar eventuais danos ao meio-ambiente.

5 - Nos pronunciamentos oficiais, destaca-se o interesse pela salvatagem do navio, pelo seu valor econômico, mais nenhuma preocupação com a sobrevivência do pescador, ameaçada pela poluição. Prova disso, é que apesar da contratação das maiores empresas dos melhores técnicos não foram' evitado a poluição e o óleo continua a vazar.

6 - Para desviar a atenção da população as autoridades tem ' classificado as denuncias dos pescadores de bobagens da Comissão Pastoral dos Pescadores e de Nascimento de Morais. Consideramos esta atitude no minimo, irresponsavel com a ecologia. Não desconfiamos da capacidade técnica dos órgãos competentes. Desconfiamos sim, da responsabilidade

Acervo ISA

desses órgãos em cumprir as suas funções. Pesquisa sobre a poluição tem sido feitas. Quem até hoje foi punido por deteriorar o meio ambiente? não resta dúvida que estes órgão têm se intimidado frente aos interesses políticos e econômicos de grandes grupos como a Alumar.

7 - Como cidadãos e trabalhadores do mar, exigimos respeito no nosso direito de nos pronunciar sobre aqueles assuntos de interesse da nossa categoria e da comunidade, que não interessa apenas aos técnicos.

8 - O acidente do navio Hyunday New World serviu para tornar público o descaso com que as autoridades tratam as questões do meio ambiente, a inoperância dos órgão responsaveis e a falta de uma ~~polpitica~~ Política séria para o setor.

São Luís,(MA), 8 de maio de 1987

Marcos do Rosário Pereira

COLONIA DE PESCADORES - Z - 10
MARCOS DO ROSÁRIO PEREIRA
PRESIDENTE.